CEMAP- POLITIKA - 12 - A - 18 - DE - JUNHO - DE - 1972 - N - 34

POLITIKA

Rio, de 12 a 18 de junho de 1972 — Número 34 — Cr$ 2,00

FUNDO DK | CEMAP PG/127
CEMAP - HEMEROTECA
CLASS.

ONDE FLORESCEM AS DITADURAS

Hitler levou o Brasil à guerra

O exílio da revolução espanhola

A cruzada "civilizadora" dos índios

CIA, o laboratório do golpe

CEDEM

Hermann Kahn

A Editoria

Futurologia, a quiromancia eletrônica

Desde a desmoralização de Hermann Kahn, perdido pelas revisões periódicas que era obrigado a fazer em suas tiradas futurológicas — eufemismo de quiromancia eletrônica — eis que aparece um subtituto para o obeso criador do Hudson Institute, Wilhelm Fucks com a sua Projeção a Longo Termo da Potencialidade das Grandes e Superpotências. Para quem vive de ilusões, as teses do alemão acabam de preencher uma lacuna, mas para quem vive realisticamente a literatura do Sr. Fucks é mais uma ficção.

Hermann Kahn recebeu seus generosos dólares pelas conferências que pronunciou, fez suas revisões e foi embora. Os místicos e os de má-fé que aqui trouxeram o untuoso norte-americano ficaram satisfeitos, realizados. Os primeiros continuaram acreditando na futurologia, enquanto os de má-fé realizaram o seu propósito: por mais algum tempo continuarão a enganar a todos.

Como o campo é fértil, o alemão resolveu entrar nele. No mundo inteiro existem pessoas carentes de ilusões e nada melhor que alimentá-las com previsões boas, e elas vão vivendo e fazendo a riqueza dos ilusionistas da era eletrônica.

Os técnicos criteriosos de todo o mundo já estão cansados de afirmar que esta técnica de lançar uma série de números num computador e fazer projeções para o futuro é inteiramente falha, pois o elemento homem é desprezado. Sua capacidade de adaptação, evolução e outros fatores são relegados, porque a mente humana não pode ser projetada em computadores, o que torna o estudo mecânico falho e cheio de erros. Por isso o Hudson Institute se desmoralizou nos Estados Unidos. A escolha da futurologia já não encontra tantos adeptos.

Para a União Soviética as previsões do futurólogo não foram nada boas, pois colocou a China em condições de igualdade com os Estados Unidos na década de 1980. O Japão será duas vezes mais forte do que a Alemanha, enquanto o Brasil estará 10 vezes mais desenvolvido quando o século XX terminar.

As previsões do Sr. Wilhelm Fucks diferem das do gordo Hermann Kahn por levar em consideração o fato homem, talvez tenha sido por isso que ele colocou a China em condições de igualdade com os Estados Unidos. Os 800 milhões de chineses não são para ser desprezados num estudo como este.

Cabe aqui uma pergunta: o que será do mundo quando a China estiver em igualdade de condições com os Estados Unidos e a URSS logo em seguida? A futurologia do alemão não é política e não previu que a ascensão da China ao primeiro time poderá mudar a face do mundo, e que com o seu crescimento, todos os países que gravitam em sua órbita mudarão de condições. É este o erro que os políticos apontam na tecnocracia. O tecnocrata é incapaz de enxergar um palmo adiante dos números e suas projeções não levam em consideração as mutações a que cada economia é forçada a adotar para se adaptar ao sistema.

É justamente aí que pega. Com a subida da China à posição de potência de primeira grandeza, haverá uma transformação total no mundo. Os estágios porque passará a terra de Mao Tsé Tung até atingir a igualdade de condições, terão forçosamente, que modificar alguma coisa. Os números frios não são capazes de alcançar estas nuances muito importantes para o analista político.

Mesmo com relação ao Brasil, citado pelo Sr. Wilhelm Fucks como estando no ano 2000 na condição de uma potência seis vezes inferior ao estágio em que estarão os Estados Unidos, as previsões são falhas. É verdade que a disparidade econômica atual entre os dois países é palpável, inconteste. Mas o Brasil atravessa uma fase de desenvolvimento que não pode ser negado nem pelos mais impedernidos adversários do regime. Além disso estamos alcançando agora as nossas fontes de riquezas, enquanto os Estados Unidos estão com as suas praticamente exauridas. O Brasil está deixando de ser um mero fornecedor de matérias primas para o empório do norte e se transformando em manipulador de suas riquezas. De repente pode acontecer que várias nações sigam nosso caminho. Queiram, por motivos políticos, alheios aos computadores, serem os manipuladores de suas riquezas. Como fica as previsões da futurologia?.

AGENDA

● Os plantadores de cacau de Ilhéus e Itabuna estão radiantes com a inauguração do Centro de Pesquisas da CEPLAC, que virá, segundo eles, incrementar a cultura cacaueira em todo o Sul da Bahia. Os técnicos baianos conseguiram desenvolver um novo tipo de cacaueiro híbrido, capaz de produzir com três anos e dar duas safras ao ano, com uma produtividade duas vezes superior ao cacau comum.

● O governador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, é hoje o maior anfitrião entre todos os governadores de Estados do Brasil. Basta chegar à boa terra qualquer autoridade federal que um banquete a espera, com discursos e tudo o mais. É claro que o centro das homenagens gira sempre em volta do governador, a figura mais fotografada no Estado e com matérias pagas nos principais órgãos de divulgação do Sul do País.

● Todo o MDB nacional, à exceção, é claro, da seção da Guanabara, está revoltado com as últimas declarações do governador Chagas Freitas, revelando-se "um homem do MDB a serviço da Revolução". O governador carioca, como bom oportunista, vinha se reservando de qualquer tipo de declaração política, até que o presidente Medici resolveu que todo governador não poderia se candidatar a qualquer posto nas próximas eleições. Chagas, que havia preparado Erasmo Martins Pedro para assumir o governo do Estado seis meses antes do término de seu mandato, para concorrer a uma cadeira ao Senado (a cadeira de Danton Jobim) viu o seu sonho se esfumaçar e partiu para um novo esquema. Agora ele procura, sofregamente, se aproximar do governo federal e obter verbas para fazer uma boa administração. Sua filosofia atual: garantir a eleição de seu sucessor e através dele conseguir a renúncia do sr. Benjamin Farah e seu suplente Oswaldo Aranha Filho, em 1975 para concorrer às eleições que serão convocadas para preenchimento da vaga. Benjamin é fácil de ser dobrado, mas Vavau Aranha é um pouco difícil. No caso da inviabilidade dessa hipótese, Chagas já tem outro esquema, o senador que for eleito em 1974, para a vaga de Danton será um homem de sua inteira confiança e compromissado para a renúncia um ano depois, ele e o suplente. Chagas promete eleger os dois para a Câmara Federal nas eleições de 1978, com o apoio total de seus jornais e do governador que o substituir. A coisa será feita na base de um protocolo de cavalheiros, pois não poderá ter firma reconhecida em cartório.

● Levi Neves, deputado com 25 anos de mandato na Guanabara, veio de vereador na época do antigo Distrito Federal, atual líder de Chagas Freitas na Assembléia, função que exerce juntamente com a liderança do MDB, a princípio, é o candidato de Chagas à sua sucessão. O convite primeiro era no sentido de que ele concorresse ao Senado, mas Levi recusou lembrando que já em 1960 havia tentado a governança, só não concretizando sua candidatura porque Ademar de Barros havia retirado o apoio prometido, ficando com Tenório Cavalcanti.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Torcuato di Tella

Há muita diferença entre os aspectos políticos do Brasil e da Argentina. E o sociólogo Torcuato di Tella as mostra, com a isenção dos cientistas.

A FÉRTIL SEARA PARA AS DITADURAS

Torcuato di Tella

Já tivemos oportunidade de nos referir a um paralelo traçado por um sociólogo — Atilio Borón — entre a situação brasileira e a Argentina. Dizia Borón que, entre nós, os canais de acesso ao poder político estão formalmente abertos: o Congresso funciona, os partidos existem, realizam-se eleições com voto secreto, ainda que o presidente e os governadores sejam eleitos indiretamente.

Apesar da abertura desses canais de acesso, a atividade política foi suprimida como disputa de poder.

Já na Argentina, os canais de acesso estão todos obstruídos: não existem partidos, o Congresso foi fechado, mas existe uma ampla e profunda atividade política e a liberdade de imprensa reflete essa atividade.

No entanto é evidente que tanto aqui, no Brasil, como na Argentina, os militares estão empenhados em criar um sistema político pluralista, capaz de compatibilizar as tensões naturais entre grupos de interesses e os projetos nacionais de desenvolvimento.

A Argentina mantém a discussão em aberto, mas viu cair a sua taxa de crescimento econômico. O Brasil — sob o signo de um regime dito de transição — fechou a questão política, e se compraz com as elevadas *performances* de sua economia.

Como explicar o fracasso dos militares argentinos em estabelecer um regime monolítico, embora muitas vezes tentado?

E como explicar a facilidade com que esse sistema foi montado no Brasil?

O sociólogo argentino Torcuato Di Tella vê o fenômeno, dentro do continente, na perspectiva da estrutura de classes, o que ele chama de *trama social*, em nossos países.

Em países como a Argentina, o Chile e o Uruguai os níveis de renda, de ocupação e de educação criam um pluralismo de centros de poder que tornam, se não impossível, extremamente difícil a implantação de uma ditadura, seja de esquerda ou de direita. Já em países como o Brasil, Cuba e Peru, ocorre justamente o contrário.

Ao transcrevermos parte desse trabalho de Torcuato Di Tella (publicado originalmente na revista *Desarrollo Económico* — Março de 1972, temos dois objetivos: primeiro, o de contribuir para uma meditação menos leviana sobre os problemas políticos do continente; em segundo lugar, tirar o ar de heroísmo da direita brasileira e lembrar à nossa esquerda que o suicídio muitas vezes é fruto de um erro de análise. Afinal, como dizia o filósofo Whitehead, "não há tragédia maior para o espírito do que uma hipótese contrariada pelos fatos". (Oliveira Bastos).

CEDEM

Não há como pensar-se numa solução para os problemas em prazo inferior a quarenta ou cinquenta anos, o que é quase o infinito para os políticos.

A FÉRTIL SEARA PARA AS DITADURAS

Argentina

Quanto pior a situação, mais se faz no sentido de que seja deflagrada uma ditadura

A solução só virá com uma mutação de estruturas

Por que perseguimos uma **saída política**, na Argentina? A resposta, embora distinta para cada indivíduo e cada grupo social, em geral marcará a necessidade de organizar um poder político eficaz, capaz de enfrentar a hidra multicéfala que nos ameaça: dominação estrangeira, ineficiência administrativa e industrial, concentração monopolítica do poder, má distribuição da renda, **deficit** de habitação, crise educativa, debilidade das organizações populares. Quanto mais grave a situação percebida, maior a tendência para resolver o problema criando um poder político forte, não raro ditatorial, capaz de cortar a cabeça do monstro para evitar cair vítima de seus múltiplos tentáculos. Este argumento se ouve tanto na direita como na esquerda — e até no centro! — e tem uma ilustre ascendência, já que seu inventor pode ser considerado Alexandre, ainda que em nosso país a idéia de cortar a cabeça da hidra nem sempre tenha produzido resultados felizes.

O que acontece é que na Argentina os problemas são tão complexos que, **simplesmente, não podem ser resolvidos**. Este é o princípio básico sobre o qual deve basear-se a cordura política, entre nós. Porém, expliquemo-nos melhor.

Nenhum dos problemas acima assinalados poderá ser resolvido em menos de trinta ou quarenta anos, e nesse período surgirão outros que consideraremos igualmente graves. Trinta ou quarenta anos, vistos historicamente, são um lapso de tempo, mas para os políticos e os tecnocratas equivalem ao infinito. Embora não fosse insensato esperar que nossos políticos e tecnocratas adquirissem um pouco de perspectiva histórica, a verdade é que não podemos exigir tanto deles, porque, então, se converteriam em cientistas sociais, o que seria uma grave perda para o país. Necessitamos de políticos e tecnocratas hábeis, voltados para o curto prazo e — porque não dizê-lo? — um tanto excitados e motivados pelo exercício do poder. Então, aceitando suas urgências, devemos pelo menos convencê-los de que os problemas que os preocupam são insoluvéis na perspectiva de tempo que eles se dão e que o mais sensato é buscar uma série de aproximações e acordos provisórios que, pelo menos, não piorem a situação. Porque o grave da busca de soluções radicais é que elas, freqüentemente, se traduzem em maior deterioração, sobretudo num país com o grau de evolução e complexidade da Argentina, especialmente quando numerosos grupos de políticos e técnicos estão orientados para o golpe de Estado como forma normal de ação.

Por outro lado, devemos levar em conta que a mudança social de nenhum modo resulta principalmente da ação do governo. Os diversos organismos sociais extragovernamentais, por sua ação, a elaboração de sua estratégia, a acumulação de experiência por seus quadros, contribuem igualmente ou às vezes mais para as mudanças de estruturas. Uma empresa que se tecnifica, um sindicato que renova e democratiza seus quadros, um grupo científico que organiza melhor um departamento universitário, estão, no melhor sentido da palavra, **mudando as estruturas** e, sobretudo, preparando-se para o dia em que cheguem a ser governo possam introduzir outras mudanças, para as quais, aí sim, é preciso o poder do Estado. Pode-se, inclusive, dizer que esta é a forma mais comum da mudança social e, por certo, é a que Marx tinha em mente quando dizia que a sociedade futura amadurecia no seio da antiga. É certo que a experiência das revoluções deste século parece contradizer este enfoque: elas não vieram dar o último golpe de misericórdia na velha sociedade para deixar emergir a nova, mas tiveram que criar quase desde o início os elementos da nova ordem social. Porém não é uma casualidade que **todas** essas revoluções, socialistas ou nacionalistas, tenham ocorrido em países de escasso desenvolvimento capitalista, que, quando muito, tinham alguns polos urbanos e industriais, submersos num mar de atraso rural. Pois bem, a Argentina, embora não seja um grande exemplo de industrialização, de fato tem uma estrutura social (o autor usa a expressão: **trama social**) completamente distinta daqueles países onde se deram revoluções que pretendem resolver as coisas, de golpe. Nosso grau de urbanização, diferenciação ocupacional e educacional nos dá uma série de características que, se não queremos dar o nome de **desenvolvidas** para não produzir conformismo, pelo menos devemos considerá-las como geradoras de complexidade institucional e, sobretudo, **pluralidade de centros de poder**. A dificuldade de estabelecer uma verdadeira ditadura em nosso país corrobora esta evidência. E não é que não se tenha, muitas vezes, tentado. Não quero dizer que isto seja impossível, entre nós; ao fim e ao cabo a Alemanha era um país mais complexo e com potencial e pluralidade de centros de poder quando teve que suportar o nazismo. Porém este mesmo exemplo, por seu caráter extremo, lança certa luz sobre as condições que tornariam possível um governo ditatorial entre nós: uma quarta parte da população desocupada, uma guerra perdida, uma inflação descontrolada. E a Argentina não parece estar sequer caminhando para esse tipo de coisas, embora não devamos minimizar a gravidade de nossos males.

CEDEM

A FÉRTIL SEARA PARA AS DITADURAS

O difícil é a coexistência entre inimigos encarniçados. No caso chileno, observadores opinam que o conflito é entre as duas formas de socialismo

Fidel Castro

Uruguai

O Chile como a Argentina tem condições de tornar impossível a implantação de qualquer tipo de ditadura

O exemplo do Chile é interessante neste contexto, pois este país, apesar de sua relativa pobreza e débil industrialização, tem uma "trama social" bastante parecida com a da Argentina, no que se refere à urbanização, educação e complexidade ocupacional. E justamente aí a pluralidade de centros de poder é tão grande que tornou impossível uma ditadura de qualquer signo, e assegura a existência de um governo reformista de orientação socialista. Esse governo, bastante perturbado no exercício do poder, é capaz, contudo, de propiciar importantes lances à sociedade chilena, ainda que para seus críticos não seja suficientemente expedito para resolver definitivamente os problemas mais graves do país.

Igualmente significativa é a situação uruguaia. Embora o que primeiro chame a atenção é a deterioração da suposta Suíça sul-americana, em realidade o surpreendente é que não haja mais repressão, torturas e intervenção militar. E mesmo que houvesse intervenção militar, seguramente ela terminaria como a da chamada "Revolução Argentina". Se assim ocorre, não é porque não exista na sociedade uruguaia grupos interessados numa linha repressiva mais dura que a atual: simplesmente ocorre que eles são incapazes de estabelecê-la ("eram até importarem **now-how** de torturas". N.T.). E sua incapacidade não se deve principalmente ao temor da reação tupamara, mas à necessidade de levar em conta os múltiplos interesses contraditórios que, embora "de dentro do sistema", não estão dispostos a se verem avassalados ou unificados pela força.

É preciso, pois, resignar-se ao fato de que em países como a Argentina, Chile e Uruguai é praticamente impossível estabelecer uma ditadura das forças do progresso contra as do atraso, qualquer que seja o nome ocasional que se dê a estes conceitos. Corolário: não há outro remédio senão conviver com forças que alguém pode considerar positivamente prejudiciais para o país.

A coexistência entre diferentes versões de uma mesma causa é relativamente fácil de estabelecer, e nem se trata, de fato, de coexistência. O difícil é a coexistência entre inimigos encarniçados, e isso é o que necessitamos. Para exemplificar com o caso chileno, alguns observadores opinavam, até há pouco tempo, que o conflito político nesse país simplesmente se dava entre "duas formas de socialismo: o cristão e o marxista", e que a **direita** já não tinha nenhum poder. Esta forma de descrever as coisas, que implica em arrancar o rabanete pelas folhas, nunca foi correta, nem sequer para mostrar o conflito entre Allende e Tomic. É que a coexistência imprescindível no Chile não é entre as forças representadas por estes dois dirigentes, mas entre a classe operária, de orientação socialista, e as classes privilegiadas, qualquer que seja sua representação política do momento, porém mais previsivelmente o Partido Nacional, ou a direita democristã.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Entre nós, a discussão sobre a ocupação dos quartos é uma constante. Não há quem leve, sequer em consideração, que é necessário construí-los antes.

A FÉRTIL SEARA PARA AS DITADURAS

Chile

A discussão é a questão prioritária, em termos políticos

Até na decisão, muitos só vêem como e quanto ganharão

A situação de potencial ou real pluricentralismo, típica dos países do Cone Sul, é diferente da que se encontra em outras partes da América Latina, onde é mais fácil para um grupo político — seja de direita, de esquerda ou nacionalista — monopolizar o poder e construir o país à sua imagem e semelhança. Brasil, Cuba e Peru surgem imediatamente como exemplos respectivos. Não é minha intenção analisar aqui estas experiências que, por certo, implicam uma realidade mais complexa do que a aqui esquematizada. Porém, para efeitos comparativos, é útil levar em conta a diferença entre o que pode ocorrer ou ocorre nesses países, em contraste com os dos Cone Sul. A diferença pode ser explicada de várias formas. É como se aqueles países estivessem ainda empenhados em construir a casa em que vivem. Entre nós, a discussão sobre o uso dos quartos é, para o bem ou para o mal, prioritária e, sobretudo, permanente. Efetivamente, se tomamos o caso cubano, podemos dizer que, embora em seu primeiro momento a revolução implicou numa mudança radical do uso interno da habitação, em seguida passou à construção e, desde então, a luta para saber quem vai usar os cômodos já não se expressa com tanta força. E isto não é porque num regime socialista não haja mais lugar para este tipo de conflitos, mas porque a **trama social** da sociedade cubana não alimenta constantemente estas questões, como ocorre entre nós.

Há quem opine que enquanto a casa não for maior e mais sólida é prejudicial discutir sobre a repartição dos cômodos. Visto idealmente, pode ser assim. Porém, de fato, dado nosso contexto e a evolução de nossas classes sociais, devemos esboçar um sistema político capaz de expressar essas tensões e dar certa estabilidade ao sistema, para não interromper os esforços construtivos que se fazem. Por certo, uma sociedade que discute permanentemente a distribuição da renda e do poder, e que precisa contentar a muitos grupos de pressão, é mais difícil de manejar que outra mais simples. É justamente por isso que temos os problemas que temos: não somos coletivamente imbecis; a tarefa histórica que enfrentamos é que é muito difícil. O Chile demonstra que não é impossível nestas latitudes, embora para eles o problema tenha sido mais fácil, porque se trata de um país menos complexo que o nosso e onde a pressão das massas — apesar de seu signo socialista — é, de fato, menor do que na Argentina. Em outras palavras: no dia em que a Argentina tiver um sistema democrático como o chileno, a pressão distributivista vai ser ainda maior do que no Chile. Isto exigirá uma capacidade de liderança política muito especial para que essa pressão igualitarista seja compatível com a necessária acumulação de capital sem exigir uma nova ditadura de corte estalinista — ditadura que, pelo exposto, não é fácil de instalar, embora a tentativa de instalá-la possa desorientar a muitos.

Em países, como os nossos, em que o poder político é obrigado a considerar numerosos grupos de interesses antes de tomar qualquer decisão, é quase certo que a taxa de crescimento econômico haverá de ser mais baixa do que em países onde as decisões se tomam de forma mais impositiva. É quase certo, digo, e não inevitável — porque bem pode ocorrer que uma sociedade pluralista desenvolva suficiente capacidade de ajustamento entre setores e se beneficie por outros fatores de sua dotação de recursos ou sua situação internacional, e também cresça rapidamente. Por outro lado, sistemas muito monolíticos podem ser estancados por uma dominação interna oligárquica, ou por excessivo peso de controles externos, ou pela asfixia que esse monolitismo pode ocasionar em seus grupos mais criadores. De qualquer maneira, é preciso admitir que os países onde foi implantada uma ditadura monolítica e, além do mais, industrialista, em geral crescerão mais rapidamente do que aqueles que estão laboriosamente tratando de organizar o sistema de coexistência entre múltiplas fontes de poder. Leve-se em conta, contudo, que esses países de estrutura monolítica quase sempre têm um nível de renda e de industrialização **per capita** muito menor do que os outros, de modo que sua maior rapidez de crescimento implica eliminar algo de seu atraso histórico, e, como tal, pode ser apresentado como um processo positivo em termos de valores humanistas universais. Mas existem outras maneiras de considerar esses valores.

De qualquer modo, o essencial que aqui se tenta mostrar é que numa sociedade do tipo da Argentina, do Chile e do Uruguai, uma política baseada na pluralidade de centros de poder constantemente ressurge, apesar das tentativas em contrário.

Com isto implica uma difícil coexistência entre antagonistas, nosso crescimento econômico vai ser mais lento que o de outros países mais monolíticos, pelo menos por algum tempo. Nosso próprio interêsse, bem entendido, consiste em capacitarmo-nos para enfrentar as tarefas exigidas por nossa situação peculiar. E até poderíamos estar orgulhosos dessa situação e esperar que logo as principais nações da América Latina se encontrem em uma condição semelhante.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Sérgio Barcelos

Ao final da Segunda Guerra, a espionagem era intensa, tanto no lado soviético quanto no norte-americano. Era o medo, grande gerador da guerra-fria

INTELIGENTZIA

CASA DE TOLERÂN CIA

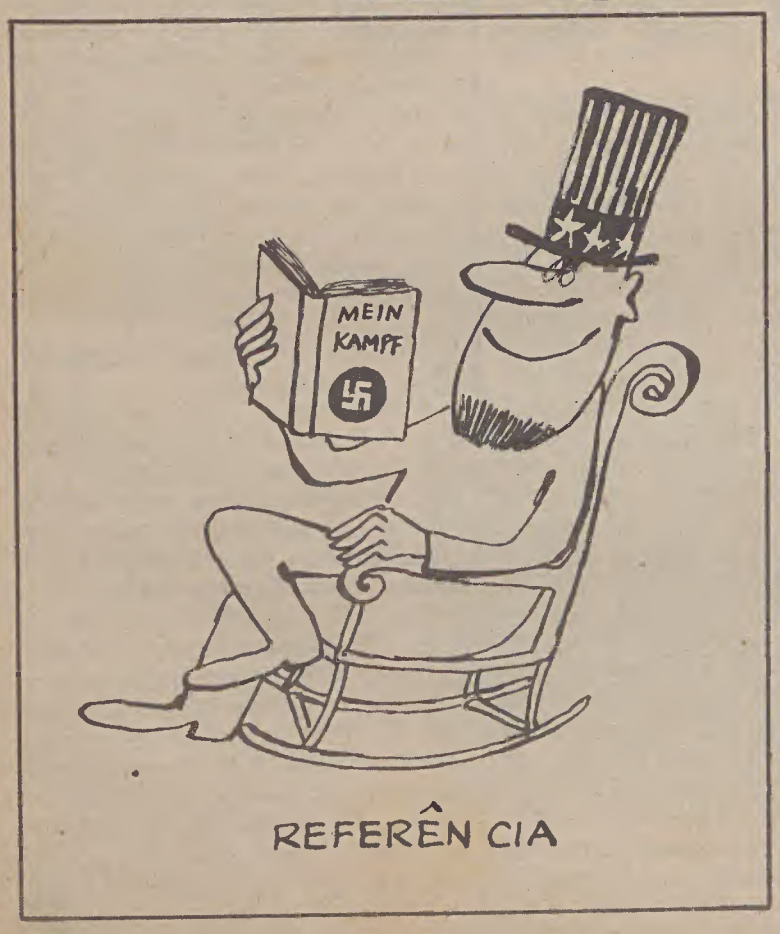
CARÍ CIA

REPUGNÂN CIA

BA CIA

INTELIGÊN CIA

A CENTRAL DO GOLPE



REFERÊN CIA

Desenhos de Siné

No dia 5 de março de 1948, o general Lucius Clay enviou um telegrama urgente à Casa Branca, informando que coisas importantes estavam para acontecer na Europa: os soviéticos preparavam-se para efetuar o bloqueio de Berlim e os americanos temiam uma nova guerra. No dia 16 do mesmo mês, a Agência Central de Inteligência, mundialmente conhecida como CIA, enviou ao presidente Truman um longo relatório, no qual afirmava que a guerra "não era provável senão dentro de sessenta dias".

A espionagem era intensa, em ambas as partes. Os Estados Unidos temiam que os russos roubassem seus segredos atômicos e os russos estavam não menos temerosos de que os americanos *incursionassem* a seu imenso e devastado (pela guerra) país. Iniciara-se uma "guerrinha mesquinha e sórdida", tendo como figurantes principais os agentes desta requintada escola de contra-espionagem (afirmavam eles) chamada CIA.

Organizada em 1947, a CIA era dirigida por Allen Dulles (irmão do secretário de Estado John Foster Dulles). Dulles desenvolvia (com seus agentes selecionados) inquirição minuciosa e apaixonada sobre os prováveis assassinos de Jan Massaryk, ministro das Relações Exteriores da Tchecoslováquia. Massaryk era um grande obstáculo (segundo relatório da CIA) aos desígnios dos comunistas em sua escalada, rumo à conquista do poder em toda a Europa.

Um ano depois, o secretário de Estado Marshall retornou de Moscou, onde participara do encontro do Conselho de Ministros Estrangeiros. Ficara visivelmente alarmado com a situação econômica da Europa Ocidental. Medidas urgentes teriam de ser tomadas, antes que uma desintegração econômica — já então iminente — propiciasse aos russos o domínio integral de toda a Europa. O domínio seria político, pois os russos não tinham condição de reconstruir economicamente países como a Itália, França e Inglaterra.

➡

Passados os anos de absoluta dominação do cenário político internacional, a CIA sofre, com as atuais mudanças, serio processo de esvaziamento.

A CENTRAL DO GOLPE

A nova política externa dos Estados Unidos está reduzindo a CIA a um estágio de total inutilidade

Se os comunistas na Itália, que contavam com dois milhões de adeptos (isto ocorreu em 1946) controlando 19% do Parlamento, assumissem o movimento trabalhista, breve o governo se tornaria deles. Seria o início da **teoria do dominó**, levada aos campos europeus; o Tratado de Yalta funcionava como uma metástase no combalido e indefeso organismo europeu. O **esclerosamento** de Roosevelt, no dizer dos adeptos da guerra irreversível com a União Soviética, era a causa precípua de uma situação **quase** desesperadora. A França se achava em situação menos melindrosa que a Itália; possuía um plano econômico global **(Plano Monnet)** de quatro anos. O financiamento deste plano — como provinha de fontes estrangeiras — não apresentava dificuldades insuperáveis. Somente requeria um e meio bilhão de dólares, dispondo o Tesouro francês de um terço desta importância.

Havia o Partido Comunista, com 28,5% dos votos e exercendo o controle do movimento sindicalista. Para destruir a influência comunista, a CIA entrou em **ação** como tropa de choque. A fim de minimizar os efeitos maléficos do Tratado de Yalta no campo político (o mais importante sob o ponto de vista catequético) os americanos lançaram o Plano Marshall.

Este foi o momento de grande lucidez da política americana na Europa. O que se segue a esta política, até chegar a divisão do mundo em **áreas de influência**, não possui o mesmo vislumbre de inteligência. Os idealizadores do Plano Marshall teriam lido John Maynard Keynes, autor de uma obra admirável e extremamente elucidativa (se Clemenceau a tivesse lido talvez mudasse seu comportamento com referência à Alemanha) chamada **The Economic Consequences of the Peace.** Keynes investe contra os responsáveis pelo Tratado de Versailles (Clemenceau Lloyd George), co-autores e construtores de Adolf Hitler.

Quando a Alemanha se rendeu, ao término da Primeira Guerra Mundial, sua maior inimiga, a França, resolveu estrangulá-la economicamente (exigência da dívida de oitenta bilhões de francos, destruição da frota mercante alemã, etc.).

Aqueles **vinte anos de indecisão** que culminaram com a invasão da Polônia, Clemenceau (apesar de morto) causara prejuízos incalculáveis ao mundo. A história não se repetiria, nem como farsa.

Ludwig Ehrard haveria de receber tudo aquilo que havia sido negado à Alemanha pré-hitlerista. Sua reconstrução foi rápida, apesar de dividida; seu potencial econômico era colossal. O Plano Marshall saiu vitorioso e a guerra inevitável dentro de sessenta dias, segundo as previsões da CIA, também não aconteceu.

Em lugar da guerra nuclear, um movimento **underground**, sinistro e impiedoso, passou a dominar o mundo. A GPU e a GESTAPO encontraram substituto na CIA. Era o começo do **gangsterismo** legalizado.

A CIA surgiu do **The National Security Act of 1947**, criado pelo Presidente Harry Truman. Era a resposta ao desafio soviético de **dominação mundial.** Com um orçamento considerável e uma rede de espionagem perfeita, a CIA passou a cumprir sua finalidade.

O perigo de que a Rússia ampliasse suas **fronteiras hostis** na Europa e Oriente Médio fez com que **o governo invisível** (CIA ou Pentágono, como queiram) passasse a se movimentar.

Com a insistência da União Soviética em não reconhecer o governo polonês no exílio e a negação de um governo de **unidade nacional** levou os mentores da Doutrina Truman a temer a conquista de toda a Europa pelos russos.

Truman demonstrou seu descontentamento ao ministro das Relações Exteriores da União Soviética, Molotov, ante a recusa de Stalin quanto aos destinos da Polônia.

Molotov havia ouvido a verdadeira **linguagem de um autêntico tropeiro do Missouri,** nas palavras de Drew Pearson. A **grossura** de Truman era bastante visível. "Vá para o inferno com seus pactos", a conversa terminara (?) nestes termos. Churchill falava na **cortina de ferro,** densa e impenetrável, que se iniciava de Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático.

A **batalha decisiva** da guerra fria (sem contar o bloqueio de Berlim, sem dúvida mais grave) iria se travar na Grécia. Dulles disse a Truman que se **eles** não agissem, os comunistas dominariam toda a Grécia. A Frente de Libertação Nacional (facção comunista), organizada na época da ocupação nazista, agrupava cerca de dois milhões de adeptos.

A EAM (Frente de Libertação Nacional) dominava todos os grupamentos rivais pela organização e capacidade de liderança. A questão colocada em termos de **áreas de influência**, desta vez, pendia para o lado da Inglaterra. Os ingleses ocuparam a Grécia, após a saída dos nazistas. A EAM participava de um governo de coalizão (junto com os monarquistas, liberais e socialistas). Os ingleses passaram a fazer oposição e a ordenar a dissolução imediata da EAM. Consta que a CIA teve participação na matança de mulheres e crianças.

Esta carnificina contra os defensores da EAM foi o estopim da guerra civil. Os ingleses, empregando tanques e aviões (com o auxílio inestimável da CIA), liquidaram qualquer resistência imaginável.

Stalin presenciara tudo silenciosamente. Como **condômino mundial** e participante do **futuro clube das grandes potências,** sorria e dizia interiormente: "a minha parte está assegurada e não há bomba atômica que me possa aterrorizar." A contundente superioridade em armamentos e a prodigalidade nos gastos (treze bilhões para o Departamento Militar, uma produção contínua de bombas atômicas, construção de bases aéreas, etc) não levaram os Estados Unidos a destruir a União Soviética.

A **cortina de ferro** estendeu-se por todo o leste da Europa, apesar do clima de guerra psicológica fomentado por ambas as partes. Se os países do leste estavam irremediavelmente perdidos, trataríamos de salvar o que restava (e não era pouco) da Europa, diziam Churchill e os adeptos da Doutrina Truman. A coisa foi feita na Grécia, Turquia, não obstante a **resistência** soviética.

Países como a França, Itália, Inglaterra e parte da Alemanha não corriam mais perigo.

A CIA atuara com tamanha eficácia na luta dos **povos livres** e por isto merecia pessoal cada vez mais selecionado. As verbas aumentaram de três bilhões. Sua prestimosa colaboração fez-se presente na guerra da Coréia. A **teoria do dominó** entrava em execução: a guerra com a Coréia do Norte levaria a um confronto inevitável (este era o pensamento de Mac Arthur) com a China. Se a **escalada** não fosse iniciada imediatamente, os comunistas chineses iriam a um novo Pearl Harbour.

Estávamos no auge da guerra fria e das notas violentas trocadas entre o Kremlin e Washington. A estratégia do Kremlin era eminentemente conservadora: o conflito era com a China. Com a intervenção chinesa no conflito e o afastamento de Mac Arthur, os seguidores da **teoria do dominó** desanimaram; os países não eram pedras num jogo de xadrez.

Com a remoção de Mac Arthur, a CIA sofreu um rude golpe: abalou o prestígio do almirante Hillenkoetter (homem de confiança da CIA). Outros sucessos compensariam esta derrota, como o golpe no Irã, em 1953, contra uma conspiração esquerdista. No Vietnã, a ascenção e queda de Ngo Dinh Diem teve a participação vitoriosa da CIA.

O assassinato de Diem não estava **programado,** segundo o embaixador Cabot Lodge. Foi um **equívoco** lamentável cometido pela CIA. O **Programa Fenix,** usado reiteradamente pelos agentes desta organização, aceita com tranqüilidade a utilização da tortura e assassinato. O atual (desde 1966) diretor da CIA, Richard Mc Garrah Helms, proibiu o **Programa Fenix,** horrorizado com o número de crimes cometidos em nome da lei.

Foram os vietcongs as maiores vítimas deste método usado com toda a eficácia pela GESTAPO. Os meios de repressão e coação se parecem. Há, talvez, algumas **sutilezas** em grau.

No golpe desfechado na Guatemala, em junho de 1954, algumas personalidades políticas (favoráveis a Jacob Arbenz) desapareceram misteriosamente. Na execução do método (vamos dizer assim) **Fenix** foram recrutados agentes **contratados** (ex-oficiais do exército americano).

A CIA sofreu sua grande derrota na Baia de Porcos. O revés foi veiculado por toda a imprensa americana e divulgado para todo o mundo (vide **Pentagon Papers** e Memórias de Kennedy).

Helms (recebendo um salário de quarenta e dois mil e quinhentos dólares por ano) resolveu mudar o esquema. A contratação de espiões estrangeiros (Oleg Penkovskiy, foi dos mais importantes) teria de acabar. Penkovskiy, coronel da inteligência militar soviética, passara segredos russos para o Ocidente. Foi descoberto e posteriormente executado pelos russos.

Nixon verbera as falhas de **inteligência** da CIA. A descoberta de uma conspiração ITT-CIA expôs esta organização ao ridículo. A Agência Central de Inteligência consome seis bilhões de dólares por ano. Possui duzentos mil empregados e doze agencias. Está diversificada em departamentos (FBI é um deles). Lingüistas, analistas, matemáticos e físicos constituem o **staff** desta organização monstruosa.

Os **tempos heróicos** de Dulles já passaram. A política externa americana com a **entente cordiale** (pelo menos na aparência) entre China-Estados Unidos-Rússia torna a CIA um organismo dispendioso e obsoleto.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Hélio Duque

Existem no Brasil, hoje, cerca de 50 mil índios. Em 1500, o número chegava a três milhões. Uma política indigenista com base no extermínio foi a causa.

EXTERMÍNIO

PORQUE MORREM NOSSOS ÍNDIOS

É verdade doutor, que os índios comem as pessoas? . Há muito tempo, no Brasil, minha senhora, ninguém come ninguém, por via oral.

A pergunta quem formulou foi uma figura da alta sociedade carioca ao médico sanitarista Noel Nutels, quando soube que, na sua missão profissional, trabalhava junto às civilizações indígenas. O diálogo serve para mostrar a mentalidade que predomina no brasileiro médio em relação às últimas concentrações desses povos primitivos. Possuindo cerca de dois e meio a três milhões de índios na época do descobrimento do Brasil, atualmente não deve chegar aos

50 mil, e que utilizam, como último refúgio, a imensidão amazônica. A eliminação desses povos, habitantes primitivos do continente, começou no dia seguinte à chegada do homem branco às terras do novo mundo. Já na débil atividade econômica extrativa do pau-brasil, os portugueses, franceses e flamengos passaram a utilizar a mão-de-obra indígena em troca de bugingangas.

Posteriormente, ao iniciar-se o primeiro ciclo econômico da nossa história, com a implantação da agricultura baseada na cana-de-açúcar, resolveu-se recorrer à mão-de-obra indígena, com todas as características escravizadoras. Obviamente,

vivendo na sua totalidade nos estágios iniciais do comunitarismo primitivo, os índios não podiam responder positivamente porque desconheciam a atividade organizada em bases econômicas fortes, como era o ciclo açucareiro.

Muitos foram aprisionados. Contudo, por não responderem antropologicamente às necessidades de uma produção pré-capitalista, foram substituídos pela mão-de-obra escrava, procedente do continente africano.

E isso serviu para difundir a falsa idéia da incompetência indígena para a atividade produtiva.

CEDEM

Apenas a ignorância difundiu a versão de que os índios só queriam a liberdade. Nunca se pensou nas diferenças entre a raça negra e os silvícolas.

PORQUE MORREM NOSSOS ÍNDIOS

Marechal Cândido Rondon

Tomé de Souza prendeu dois caciques. Amarrou-os na boca do canhão e disparou.

O porto de Santos era o mercado

A ignorância dos portugueses difundiu essa imagem pelos séculos, desconhecendo as razões científicas que diferenciam esses dois povos: **índios e negros**. Os primeiros, no início do estágio comunitário primitivo, não conhecendo a agricultura organizada e a propriedade privada. Os segundos, já num estágio de desenvolvimento cultural mais avançado, conheciam uma agricultura primitiva, a propriedade privada e o ferro. Muitos já estavam numa etapa tipicamente escravagista, que foi na evolução da humanidade, o período que sucedeu, à luz dos fatos antropológicos, a comunidade primitiva.

Nessa fase, graves conflitos passaram a existir entre indígenas e homens brancos. Servindo para difundir o conceito antropofágico de que os índios matavam os brancos para os saborear, em orgias demoníacas. E por entender que esses conceitos eram verdadeiros e que era preciso por um paradeiro nesta situação, o governador-geral Tomé de Sousa, resolveu punir a título de exemplo, os primitivos brasileiros, os donos verdadeiros da terra. No litoral paulista, Tomé de Sousa mandou aprisionar dois **caciques** e, na frente das tribos reunidas, amarrou-os à boca de um canhão. E disparou.

Tinha início, de maneira solene, a política indigenista portuguesa, que se prolongou por quase 300 anos de extermínio, de chacinas, de matança indiscriminada. Os próprios **bandeirantes**, a quem tanto devemos pela extensão territorial do Brasil, foram frios chacinadores de muitas civilizações primitivas. Um deles, João Ramalho, ajudado por Brás Cubas (o fundador de Santos), resolveu fazer da venda de índios um rendoso negócio. Ramalho conquistou a amizade de Tibiriçá, chefe dos Guaianás, e recebeu sua filha em casamento, passando a ser elemento de enorme prestígio entre os guaianases, chegando mesmo a convencê-los e ajudá-los na dura missão de aprisionar outros índios. E estes eram vendidos às capitanias mais distantes. Aí está a origem do porto de Santos, local por onde havia o escoamento do **produto**.

A resistência a esse estado de coisas veio com a criação da Confederação dos Tamoios. Tendo o índio Aimberê fugido de uma fazenda de Brás Cubas, tomará a iniciativa de sair percorrendo as demais tribos, convencendo-as a lutar contra os portugueses.

A partir da formação da Confederação dos Tamoios, prolongou-se a guerra que durou doze anos. (Tamoio quer dizer **dono da terra**). A organização dos povos tribais foi de tal ordem que os índios chegaram a ameaçar a tomada de São Paulo, ocasião em que morreu, em duros combates na região de Bertioga, o português Fernão de Sá, filho do governador-geral Mem de Sá. Ante a iminente vitória dos **Tamoios**, os portugueses enviaram o Padre Anchieta para negociar um acordo. Os índios exigiram, dentre outros pontos, que os portugueses permanecessem nas terras que já ocupavam e que libertassem os escravos aprisionados. A paz sobreveio, mas por algum tempo. Os portugueses, algum tempo depois, reiniciaram a guerra. Nesta, os **Tamoios** foram exterminados até o último homem, não sendo poupados nem mesmo as mulheres e crianças. O chefe das tropas protuguesas, Estácio de Sá, não testemunhou a sua **corajosa** vitória, por ter morrido como conseqüência de uma flechada.

De 1570 em diante, a coroa lusa legitimou o tráfico de escravos indígenas, aceitando o extermínio daqueles que resistissem. Foram criadas as célebres **Entradas** e **Bandeiras**, expedições que partiam principalmente de São Paulo.

Somente em 1758, o governo lusitano, através do Marquês de Pombal, declara os índios livres, estabelecendo que eles deveriam ser restituídos ao uso de gozo dos seus bens. Mas, em 1798, o príncipe-regente D. João VI permitiu, por **Carta-Régia**, que se fizessem **guerras justas** contra os botocudos de Minas Gerais e Espírito Santo. Motivo: eles criavam obstáculos à exploração das minas de ouro existentes na região.

Depois de 1822, isto é, após a Independência, por ação de José Bonifácio de Andrade e Silva, foram decretadas leis em benefício dos índios, reconhecendo seu direito às terras que habitavam e estabelecendo medidas de proteção às suas comunidades.

Recentemente, o etnólogo Carlos de Araújo Moreira Neto, na sua tese de doutoramento, competentemente demonstrou o que foi a definição brasileira para o problema indígena no século XIX. Nessa tese (que exige imediata publicação, já que preenche um vazio existente nos estudos antropológicos brasileiros), Moreira Neto mostra o que foi **A Política Indigenista Brasileira no Século XIX.**

NA REPÚBLICA

Cortados os últimos laços que ligavam o Brasil, ao menos sentimentalmente, a Portugal, com o advento da nova ordem republicana, os brasileiros começaram a conhecer, com mais clareza, os fatos ligados à realidade em que viviam. E o rápido crescimento urbano, formou uma opinião pública sensível a muitas questões, inclusive a indígena. Apareceu um oficial do Exército, Cândido Mariano da Silva Rondon, neto de índios, que em peregrinações pelo interior, trabalhando na implantação do telégrafo nacional, manteve os primeiros contatos com as comunidades tribais, sempre respeitando seu **habitat**, seu usos e costumes.

Tornou-se Cândido Rondon um defensor apostolar das comunidades tribais. E, por força de seu esforço e da ação de setores da opinião pública nacional, foi criado, em 1910, o **SPI** (Serviço de Proteção aos Índios). À sua frente, Rondon que anunciou a política indigenista, baseada em quatro pontos:

1) Morrer se preciso for. Matar, nunca;
2) Respeito às tribos indígenas como povos independentes;
3) Garantir aos índios a posse da terra que habitam e que é necessária à sua sobrevivência;
4) Assegurar aos índios a proteção do Estado.

A revista **Realidade**, na edição de outubro de 1971, sobre a Amazônia, na página 206, diz: "A batalha enfrentada pelo SPI era desigual. Os fazendeiros do interior, as empresas de extração da borracha, de madeira e de castanha não estavam dispostos a reconhecer os direitos dos índios. As missões religiosas também não apoiavam o SPI, por ver nele um movimento ateu, a lhes tomar as almas indígenas e a dividir as dotações de verbas governamentais. Com pouco dinheiro, sem força no Congresso para regulamentar o artigo da Constituição que previa o direito dos índios à terra, e sem força policial para impedir a invasão das reservas, o SPI foi sendo derrotado".

E desse ponto de vista o próprio Cândido Rondon participava, muitos anos antes da sua morte. Por volta de 1949, numa entrevista concedida ao **Diário Carioca**, ele deixava claro sua opinião. Criticava a política do SPI, afirmando: "A tendência atual é afastar o índio, quanto possível, do contato pernicioso com os brancos. Já não se compreende a idéia errada de que os índios devem ser incorporados à nossa civilização".

O antropólogo Egon Schanden, após um contato com Rondon, algum tempo depois dessa entrevista, escreveu: "Rondon chegara a convicção de que já não se deveria nacionalizar os índios, o que, afirmava, cria problemas graves e desajustamentos, mas preservar as culturas tribais, tomando por base os padrões econômicos de cada uma delas, para se fomentar uma atividade de produção que, sem ser revolucionária, lhes proporcionasse os meios necessários para se integrarem à vida econômica das regiões em que vivem. Ao contrário do que antes admitira, o abandono de uma cultura tribal e a passagem para o estado de civilização, em vez de constituir um progresso, representa uma forma de depauperamento, o sacrifício de um modo mais genuino de ser o homem".

Posteriormente, o antropólogo Darcy Ribeiro, em 1957, no livro **Política Indigenista Brasileira**, mostrava que o SPI falhara, com os seguintes dados: dos 200 mil índios que existiam em 1900 restavam tão-somente 70 mil, naquele ano. E das 230 tribos existentes no início do século, 87 haviam desaparecido. E nesse livro está esta afirmação: "Com efeito, de todos os grupos indígenas sobre os quais obtivemos informação fidedigna, podemos dizer que não foram assimilados à sociedade nacional como parte indistinguível dela. Ao contrário dessa expectativa, a maioria deles foi exterminada e os que sobreviveram permaneceram indígenas. Já não nos seus hábitos e costumes, mas na auto-identificação como povos distintos dos brasileiros e vítimas da sua dominação".

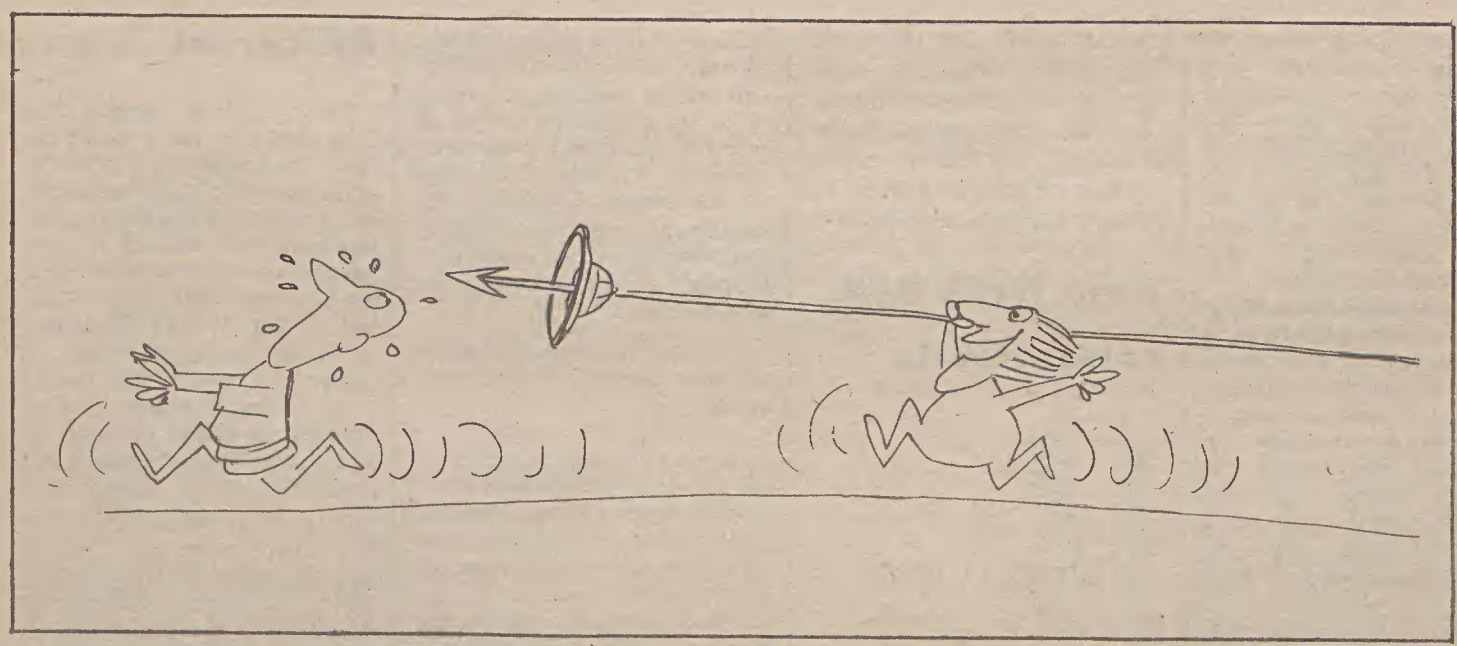
Dessa maneira, por ter contrariado interesses poderosos, o ideal de Cândido Rondon se viu desfigurado. Até aqui vimos o problema numa visão científica. E administrativamente, o que se poderia dizer do falecido Serviço de Proteção aos Índios?

A Câmara Federal criou, em 1968, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o SPI. Essa CPI provou que grande parte da corrupção no trato do problema indígena partia desse próprio instrumento governamental.

CEDEM

PORQUE MORREM NOSSOS ÍNDIOS

As terras habitadas pelos indios são inalienáveis, nos termos da legislação federal. A passagem da Transamazônica não prejudicará nossos indios



Muitos cinta-largas foram mortos à explosão de dinamite. E ninguém foi preso

Em lugar do Serviço de Proteção aos índios surgiu o FUNAI — Fundação Nacional do Índio — que tem as funções ampliadas do antigo órgão.

NA ATUALIDADE

A decisão do governo de marchar para a definitiva incorporação da Amazônia, integrando-a ao Brasil-Global, veio alterar uma série de fatores da realidade regional. Estradas, como a Transamazônica; a redivisão de propriedades, com os incentivos da SUDAM; e a formação de grandes fazendas está provocando, por parte de muitos aventureiros, a invasão de terras indígenas, gerando novos conflitos.

Um fato novo, portanto. Essa nova realidade, veio a determinar a necessidade de uma nova política indigenista. O general Bandeira de Melo, presidente da FUNAI, definiu, segundo a revista **Realidade**, aqui citada, essa nova política, com a frase: "No estágio tecnológico em que se encontra a sociedade nacional, há necessidade de desenvolvimento premente das comunidades indígenas, como conjugamento ao esforço integral da política governamental. As minorias étnicas, como os indígenas brasileiros, serem orientados para um planejamento bem definido, tornar-se-ão fatores participantes do progresso e da integração nacional, como produtores de bens.

Essa nova política indigenista criou um Fundo de Refinanciamento da Renda Indígena. Dessa maneira, toda renda auferida resultante do trabalho dos índios ou da venda das riquezas que venham a existir em suas terras, ou mesmo do arrendamento de terras, será destinado ao Fundo, que a aplicará "em projetos específicos, dentro de um plano global de trabalho, integrado nos planos regionais e setoriais".

Ou, traduzindo mais claramente: Os projetos agrícolas ou industriais serão realizados nas terras indígenas, usando as riquezas fornecidas pela natureza ou mesmo implantadas pelo homem. Quem administra os projetos são funcionários da FUNAI, trabalhando os índios na base do salário-mínimo regional, indo 10 por cento do lucro da empresa para que o Posto Indígena aplique em trabalhos assistenciais.

Em seguida ao anúncio dessa nova política indigenista, em 1971, um grupo de etnólogos, sociólogos e antropólogos lançou um manifesto ao Governo alertando para os seguintes pontos:

1 — A aquisição de uma política pela FUNAI;

2 — Pragmatismo elementar e apressado;

3 — Os índios trabalham não segundo os seus costumes e tradições mais impondo-lhes o sistema de trabalho dos civilizados e da finalidade comercial;

4 — Como a sociedade brasileira se define por valores basicamente individualista e competitivos, fica claro que todos os elementos culturais que intensificam a coparticipação são considerados entraves ao processo de aculturação".

Recentemente, em abril último, no III Encontro de Estudos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizado em Brasília, definiu-se os pontos básicos da Igreja, em sua **Pastoral Indígena**, fundamentada no respeito à pessoa do índio, no trabalho para sua integração progressiva na sociedade nacional, sem que haja violação aos seus valores culturais. Nessa oportunidade, os bispos e missionários analisaram o projeto do Estatuto do Índio, que está tramitando no Congresso Nacional. Sobre o problema das terras que se ocupa o título II, com quatro capítulos específicos, abrangendo os artigos 22 e 43 e outros que tratam do patrimônio indígena, a opinião dos religiosos é a de que ele continuará existindo, caso seja aprovado o atual estatuto. Na opinião da Igreja, as terras e os bens do índio não podem permanecer subordinados aos interesses nacionais de desenvolvimento e integração.

E uma resolução do III Encontro da CNBB afirma: "O artigo 22 do projeto (Estatuto do Índio) que diz pertencer à União as terras ocupadas pelos silvícolas vai contra o pensamento da Constituição Federal, de 17 de outubro de 1969, que no seu artigo 198 reza assim: **As terras habitadas pelos Silvícolas são inalienáveis dos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.** Sugue-se que as terras ocupadas pelos índios são realmente deles e não da União, pois, como se percebe em ambos os anteprojetos do jurista Temístocles Cavalcanti e principalmente da FUNAI, procura-se, sub-repticiamente, justificar qualquer ato de usurpação por parte do poder público que, a título de integração e segurança nacionais, se veria credenciado a praticar e realizar todo o tipo de intervenção interesseira e arbitrária contra o patrimônio do índio brasileiro"

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Pedrão e Pedrinho

Segundo o professor Pedro Calmon, "Dom Pedro I era um jornalista vivo e atrevido, que hoje em dia teria a honra de pertencer ao sindicato da classe; era um tremendo panfletário, que escrevia o que bem queria, não poupando imaginação na defesa das suas idéias e posições".

É uma pena o Pedro I não estar aí hoje, para escrever um artigo sobre o triste papel do professor Calmon no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que ele ajudou transformar em Conselho de Arquivamento dos Direitos da Pessoa Humana.

Filinto segundo Antônio Carlos

Antônio Carlos Magalhães, governador da Bahia, conversando com dois amigos, de volta de Brasília:

— Daqui a pouco o presidente Medici nem recebe mais o Filinto. Ele está chateando muito.

Os dois amigos assumiram o compromisso de não divulgar isto. POLITIKA não assumiu, está divulgado.

Cidadania incomoda

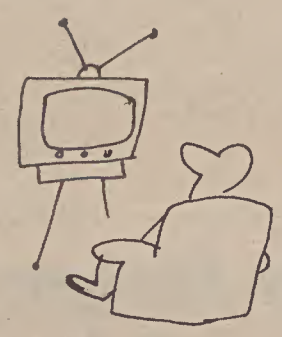
O título de cidadania do Estado da Guanabara é um dos mais honrosos que qualquer brasileiro de outros estados pode receber. Ainda recentemente Pontes de Miranda foi contemplado com um. Houve uma festa grande na Assembléia, com o comparecimento de autoridades federais e estaduais. Era um dos nossos grandes juristas, nascido em Alagoas, recebendo o reconhecimento do povo carioca pelo que fez pelo Brasil no exterior.

Agora é a vez de **Mãezinha** de Gantois, a maior macumbeira da Bahia. O que ela fez pela cultura, pelo desenvolvimento, pelo aprimoramento do povo carioca, o próprio carioca desconhece. Foi contemplada porque um dos muitos deputados que se elegem com votos provenientes do baixo espiritismo resolveu que seus serviços eram relevantes e deu-lhe a cidadania guanabarina. Como fica Pontes de Miranda ao lado de Mãezinha de Gantois? O saber ao lado da ignorância?

A imbecilidade é de todos nós

A **Última Hora**, na semana passada, deu um magnífico exemplo de falta de coordenação. Vejam como: na primeira página, a manchete falava da **invasão** da concentração da seleção brasileira pelo ex-policial Mariel Mariscot. Na primeira página do segundo caderno, na coluna do Jacinto de Thormes, o articulista dizia que só os jornais imbecis, que não tivessem corpo redacional poderiam apelar para a **invasão** de Mariel, como chamariz de leitores.

Uma lição bem comunicada



Coronel Higino Corsetti, ministro das Comunicações: — "É decepcionante e negativo o boicote das três redes nacionais de televisão ao VII Congresso Brasileiro de Difusão, promovido pela ABERT. Se partirem para esse caminho, estarão abrindo a rota para a intervenção federal. A orientação do governo está voltada para fortalecer a atuação da iniciativa privada. O governo não pensa e nunca cogitou de tirar a radiodifusão das mãos de particulares. Pelo contrário, a política tem sido de incentivo ao empresário. No entanto, **se temos de criar três monstros (as três redes nacionais), é melhor matá-los antes que surjam.** Teríamos redes mais fracas, mas, em compensação, ninguém iria manipular a informação de acordo com a vontade individual."

Registramos estas palavras do ministro Corsetti, por duas razões:

a) Para nos manifestarmos inteiramente solidários com o ministro. As redes **Globo, Associadas** (Tupi) e Independentes (Rio) não podem tornar-se proprietárias inescrupulosas e arbitrárias de um serviço público que lhes é dado em concessão pelo governo.

b) A linguagem clara, incisiva e definitiva do ministro das Comunicações é uma alegria para o País. Faz bem a gente saber que há autoridades no Brasil com disposição e competência para dizer claramente, publicamente, agressivamente, o que deve ser dito em defesa dos interesses da população. Se todos os homens públicos no País agissem como o coronel Higino Corsetti, ministro das Comunicações, o povo brasileiro estaria mais bem defendido contra a espoliação dos **monstros** que andam por aí.

Editorial

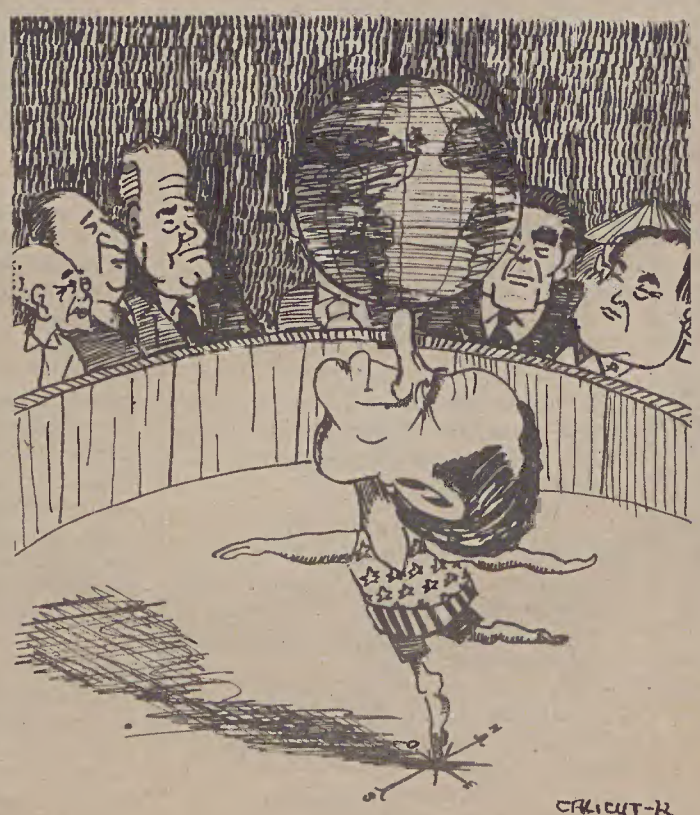
"Reza a lenda imperial que Dom Pedro I foi o autor da nossa Independência e o outorgante benévolo da Constituição que nos rege. Mas a história, interpretada sem incenso vil, nos mostra que a Independência era um fato consumado e que a Carta de 1824 foi uma vitória das revoluções que a precederam. O próprio mal que os Reis perpetram, o sangue mesmo que os príncipes derramam das veias de seus súditos, nos anunciam a sua magnanimidade e os recomendam ao nosso reconhecimento?

É a lição que nos dava Pedro I quando, cobrindo o País de comissões militares, encarregadas de **assassinar breve e sumarissimamente**, expediu o memorável decreto de 7 de março de 1825, onde sobressai esta ironia bárbara: — "Querendo dar um público e assinalado testemunho de quanto tem sido doloroso ao meu **paternal coração** a necessidade, em que me constituiram os rebeldes da província de Pernambuco, de fazer recair sobre eles a espada vingadora da lei, conciliando a satisfação que exige a justiça com os princípios de **eqüidade e clemência**, hei por bem que sejam **prontamente executados** todos os réus, que estiverem sentenciados pela comissão militar, e que esta **sentencie imediatamente os que estiverem ausentes.**" A caridade imperial tem destas sublimidades: precipitar o suplício dos condenados e a condenação dos indefesos. A filosofia cortesã não pode estabelecer **discrimens** entre ações e princípios. Todas são salutares. Todas, de bênção. Todas promanam da mesma **fonte de amor.**"

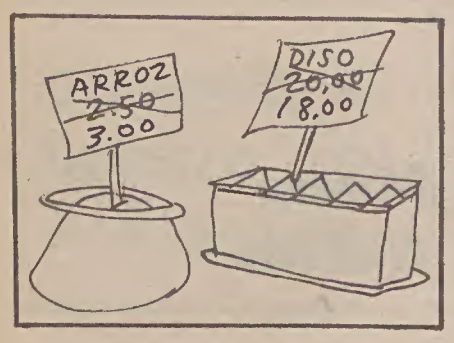
(**Rui Barbosa** em **Política da Adulação**, artigo no **Diário de Notícias**, editado em **A Queda do Império** e citado em magistral comentário de Barbosa Lima Sobrinho (sugestão de Ivã Lins), no **Jornal do Brasil** de domingo último, que termina assim: — "Queira ou não queira a **filosofia cortesã**, a que Rui se reporta, a História continua a iluminar, para todo o sempre, com os raios mais puros do ideal e do sacrifício, as dezesseis vítimas da Confederação do Equador".)

Transamazônica

Malabarismo



CEDEM



Custo de vida

Com vistas à reposição do poder aquisitivo dos trabalhadores, diminuído em razão de uma política financeira que visa, fundamentalmente, à redução dos gastos com salários, foi decretada a diminuição, para zero em alguns casos, da alíquota do IPI incidente sobre as mercadorias seguintes: **disco comum ou long-play** (gravado), **disco comum ou long-play** (gravado com matérias didáticas), **em cartucho, cassete e semelhantes,** de qualquer largura de fita, em **cartucho, cassete e semelhantes,** de qualquer largura de fita (gravado com matérias didáticas), **conjunto para recreação com caráter educativo, tais como caixas de química, de eletricidade, de imprensa e semelhantes.**

Se vocês pensam que é gozação, leiam na página 43 da Agência Nacional de 30 de maio último. Está lá, para quem quiser ver. Ver e acreditar que os trabalhadores — salário-mínimo compram discos e fitas gravadas. O que é uma pura questão de fé.

Erro de revisão

"A democracia brasileira é do voto livre e do veto obrigatório". A frase é do ilustre ministro da Justiça, professor Alfredo Buzaid, em conferência na Escola Superior de Guerra.

Deve estar havendo muito erro de revisão. A gente só vê veto. Voto, **que é bom, sumiu.**

Os anjos do sexo

"O comunismo instila sutilmente veneno para desintegrar a sociedade. Mina a família através da desenfreada propaganda do sexo, do amor livre e da obscenidade". A frase ainda é do ministro Alfredo Buzaid, na Escola Superior de Guerra.

Nós concordamos inteiramente com S. Excia. Roberto Marinho, com as fotonovelas da **Rio-Gráfica**; Adolfo Bloch com **Ele e Ela**; e Vitor Civita com **Realidade**, são três perigosos comunistas, agentes da subversão internacional, que exploram miseravelmente o sexo, o amor livre e a obscenidade em suas revistas, para desintegrar a sociedade brasileira e minar a família nacional.

Água benta neles!

Mem que não é Mem

História que ganha corpo nos corredores do Tribunal de Contas da União: o presidente de Portugal, Américo Tomaz, quando de sua visita ao Brasil, foi recepcionado no Palácio Alvorada. Quando foi apresentado ao ex-senador Mem de Sá, teve um problema aparente de memória e fez a indagação:

— Mem de Sá?

— Sim — respondeu o ex-senador e atual ministro do Tribunal de Contas da União.

— E o Estácio?

Mem de Sá já um tanto embaraçado, pensando numa possível brincadeira do mandatário português:

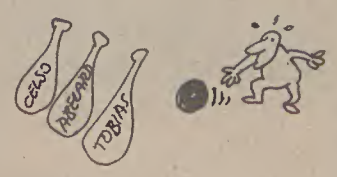
— É meu sobrinho.

E o senhor Américo Tomaz, como que tomado de surpresa, exclamou, interrogativamente:

— Mas, então, quantos anos tem o senhor? !

— Quinhentos e vinte — foi a pronta resposta de Mem de Sá.

Os sapos de Erasmo



Cada dia piores as relações do vice-governador Erasmo Martins Pedro com o governador Chagas Freitas. Apesar do evidente talento político de Erasmo e de sua infinita capacidade pessedista de engolir sapos, as coisas estão passando das medidas e ele começa a queixar-se amargamente a amigos. Três fatos ele não consegue digerir:

a) — A demissão do secretário de Obras, Carlos Machado. (Era a principal indicação que ele tinha feito e Chagas derrubou sem consultá-lo).

b) — A demissão do diretor do Maracanã, Abelard França. (Abelard levou numa sexta-feira a carta de demissão para Erasmo entregar ao governador. Erasmo achou que a carta devia ser entregue pessoalmente a Chagas, pelo próprio Abelard. Segunda-feira cedo, quando Abelard chega ao Palácio Guanabara com a carta, sua demissão já tinha sido publicada. Abelard voltou furioso e Erasmo ficou também).

c) — Tobias Pinheiro, secretário de Serviços Sociais, é a última das mais importantes indicações de Erasmo que ainda está de pé. Pois começam os rumores de que Chagas vai tirar Tobias. Erasmo já está naquela do **Tobias Or Not Tobias.**

É sapo demais para um Erasmo só.

Poucas são as personalidades que superaram os trinta anos entre a declaração de guerra do Brasil ao Eixo e os dias atuais: e todas foram ouvidas.

Maria Cecília

Maria Cecília Ribas Carneiro, que hoje faz sua estréia no POLITIKA, é antiga conhecida dos que pesquisam e estudam a história do país. Além de colaboradora de Hélio Silva – há doze anos auxilia o historiador em suas pesquisas, sendo, inclusive, co-autora dos três volumes sobre a Segunda Guerra Mundial, do Ciclo de Vargas *– Maria Cecília realiza, —presentemente, trabalho cuja importância lhe valeu o prêmio de uma bolsa de pesquisa nos Estados Unidos, ofertado pela Organização dos Estados Americanos. Quando pedimos a Maria Cecília um estudo sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra, sabíamos que nos seria apresentada uma pesquisa de gabarito irrefutável, uma vez que ela entrevistou as personalidades mais importantes, ainda sobreviventes do grande conflito. A autoridade da autora é afiançada pelo historiador Hélio Silva, que disse: "seu conhecimento no assunto é singular e o que escreve, revelando as suas conclusões sobre a discutida motivação da entrada do Brasil na Guerra, dificilmente poderá ser contestado". Eis aqui a antiga assistente de Carlos Delgado de Carvalho e professora no Instituto de Educação apresentando um trabalho para que os universitários se mostrem ao debate. (A Editoria)*

QUANDO O BRASIL FOI À GUERRA

À Esquerda, Getúlio entre Dutra e Góis Monteiro; à direita, a reunião ministerial que assinou a declaração de guerra ao Brasil às potências do Eixo.

JÁ SE PASSARAM TRINTA ANOS DEPOIS DAQUELA TARDE EM QUE GETÚLIO VARGAS REUNIU O MINISTÉRIO PARA A DECISÃO DE DECLARAR GUERRA AOS PAÍSES DO EIXO – ALEMANHA, ITÁLIA E JAPÃO. DA FOTOGRAFIA QUE OS JORNAIS PUBLICARAM NO DIA SEGUINTE, A MAIOR PARTE DAS PERSONAGENS JÁ MORREU. ESTÃO VIVOS, APENAS, EURICO GASPAR DUTRA, MINISTRO DA GUERRA; ALEXANDRE MARCONDES FILHO, QUE NO MOMENTO ACUMULAVA AS PASTAS DA JUSTIÇA E DO TRABALHO; GUSTAVO CAPANEMA, DA EDUCAÇÃO; E APOLÔNIO SALES, DA AGRICULTURA' TRINTA ANOS SE PASSARAM E AINDA SE FAZEM PERGUNTAS. AGORA, ELAS SERÃO RESPONDIDAS.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

QUANDO O BRASIL FOI À GUERRA

A Alemanha procurou, sempre, seduzir o Brasil. E as formas variaram: desde a venda das indispensáveis armas até ao estágio de nossos militares.

Somente os alemães venderam armas ao Brasil. Mas isto não implicava numa adesão brasileira ao nazismo

● Por que o Brasil entrou na Guerra?
Porque fomos agredidos.

● Não foi pressão dos Estados Unidos?
A resposta é **não**. Este **não** deve ser explicado e exige que remontenos a alguns anos antes do conflito.

Os primeiros entendimentos entre o Brasil e os Estados Unidos, num sentido de colaboração mais estreita, visando a unidade continental, partiram do encontro entre Roosevelt e Getúlio, no Rio de Janeiro, em 1936. O Presidente americano ia a caminho da Conferência de Buenos Aires. Nessa reunião se esboçaram os primeiros passos para uma real aproximação entre as Repúblicas Americanas. Até então, os países da América viviam isolados uns dos outros. Por isso mesmo, volta e meia havia conflitos de fronteira, que chegavam à guerra, como a Guerra do Chaco, entre Paraguai e Bolívia.

Depois de Buenos Aires, houve uma Reunião em Lima, em 1938, onde realmente se deu forma à unidade continental. Embora Osvaldo Aranha não tivesse comparecido à Conferência, sua atuação, juntamente com a de Vargas, mesmo à distância, granjeou inteira confiança do Presidente Roosevelt.

As Conferências que se seguiram, do Panamá e Havana, foram confirmações dos propósitos de que estávamos imbuídos.

● Mas, ao mesmo tempo que promovia a unidade continental, o nosso Governo não estava demonstrando suas simpatias pelos regimes totalitários? Não foi a Alemanha que primeiro forneceu armas ao Brasil?

O Estado Novo inaugurando, declaradamente, um regime totalitário, dava a impressão de ser o Brasil um país mais afinado com as ideologias fascistas. Entretanto, é preciso que se note, foi a partir do 10 de novembro de 1937 que passou a haver combate às propagandas nazista e fascista, notadamente no sul do país e se fez a repressão ao integralismo, com o fechamento da Ação Integralista Brasileira. Nesse período se tratou da nacionalização das escolas, da obrigatoriedade do ensino do português, da proibição de publicações periódicas em idioma estrangeiro, do fechamento de núcleos nazistas que aliciavam a juventude brasileira sob a capa de clubes esportivos, etc.

Examinando a documentação, encontrada na Chancelaria do **Reich**, verifica-se, a cada passo, queixas e reclamações contra o que os alemães chamavam de perseguição e combate das autoridades brasileiras ao nazismo.

A atitude de Vargas era, contudo, de absoluta neutralidade, afirmada e confirmada até sermos atacados.

O embaixador alemão Prüfer, é que, por ingenuidade ou querendo se valorizar perante **von** Ribbentrop, afirmava que o Presidente do Brasil jamais se voltaria contra a Alemanha.

Quanto à questão dos armamentos é fácil de explicar.

Em 1938, quando o Brasil fez a encomenda à fábrica Krupp, na Alemanha, o nosso Governo já tentara resolver o problema em outros mercados. A Inglaterra não vendia armamentos, pois a política exterior estava muito tensa. Os Estados Unidos tinham uma lei do Congresso que proibia a venda de armamentos para o exterior e, além disso, o material que possuía era obsoleto. Datava da Primeira Guerra Mundial. A Alemanha foi, portanto, o único país que aceitou fazer o negócio com o Brasil. Ela estava na fase de superprodução de material bélico, pois se preparava para a guerra. Seu arsenal era tão poderoso que, mesmo já tendo iniciado o conflito, ela manteve suas entregas. Cumprindo seus compromissos, remetendo os armamentos que o Brasil encomendara e pagara, antes de 1939, o Governo do **Reich** procurava conquistar as simpatias brasileiras.

Esse trabalho de sedução já vinha se exercendo há algum tempo, quando convidava oficiais brasileiros para visitarem a Alemanha e até mesmo estagiarem em suas escolas de Estado Maior. Esse era o motivo de haver, entre os oficiais, principalmente os do Exército, uma grande admiração pela disciplina e pelo poderio dos exércitos alemães. Diante das demonstrações de força, apresentadas nas manobras, assistidas por muitos dos nossos oficiais, se generalizou a idéia de que a Alemanha seria invencível caso surgisse um novo conflito mundial.

● E, em relação aos Aliados, como se portavam os altos dirigentes do nosso Exército?

Antes de entrarem na Guerra, isto é, no período que antecedeu ao início do conflito na Europa e mesmo nos primeiros tempos que se seguiram, não havia uma atitude definida em relação aos Aliados.

Ministro Oswaldo Aranha e o secretário de Estado Cordell Hull.

Tudo era motivo e a guerra veio

O Exército brasileiro é representativo da classe média. Ainda não nos sentíamos perfeitamente integrados na América. A questão da unidade continental estava sendo elaborada entre governos. Mas o povo continuava voltado para a Europa, não só pela tradição que nos ligava a Portugal, como pela formação cultural que nos relacionava principalmente com a França. Os Estados Unidos, portanto, ainda não representavam o papel do **Grande Aliado**.

Quanto à Inglaterra, a política de seu Governo nos criou sérias dificuldades, muitas delas ignoradas pelo grande público. Mas os militares sabiam.

Os ingleses, após a queda da França, ficaram lutando praticamente sozinhos.

Tinham, portanto, que usar de todos os meios para não serem vencidos pelo poder nazista. Uma das primeiras providências que tomaram foi o sistema de bloqueio. E o Brasil teve sérios problemas a resolver com o Governo inglês nesse período, por causa de apreensão de navios, de mercadorias, etc. Isto irritou bastante os chefes militares, principalmente o General Góis Monteiro, que fez a maior pressão para que rompêssemos relações com a Inglaterra.

Recordo-me do grande entusiasmo que havia entre nós pelos ingleses e sua resistência heróica, pela figura de Churchill e por tudo quanto dizia respeito à luta que travavam contra os nazistas — havia aqui no Rio várias campanhas para se dar mais um avião à RAF; as senhoras de sociedade se reuniam em festas de caridade em benefício da Cruz Vermelha Inglesa, etc. Quando iniciei minha pesquisa, chocou-me bastante sentir o que intitulei de má vontade dos ingleses para com o Brasil.

Em vão procurei os motivos dessa atitude. Em livros, documentos, entrevistas pessoais, nada e ninguém me respondia. E numa longa conversa que tive com Adolf Berle Junior, ele me explicou. Não havia má vontade especificamente para com o Brasil. O sistema inglês criara sérias dificuldades com todos os seus Aliados, inclusive com os Estados Unidos.

CEDEM

Oswaldo Aranha, por sua ação junto às demais autoridades americanas, foi considerado por Roosevelt como a maior figura humana das Américas.

QUANDO O BRASIL FOI À GUERRA

Os arquivos de Hitler eram claros sobre o torpedeamento de navios brasileiros

● O Brasil não entrou na Guerra para acompanhar os Estados Unidos?

Não. Aí há dois fatos a distinguir: um é o rompimento das nossas relações com os países do Eixo — Alemanha, Itália e Japão. Outro é a declaração de guerra.

O rompimento foi uma conseqüência do ataque japonês a Pearl Harbor. Mas não houve pressão dos americanos. O governo brasileiro apenas foi coerente. Manteve os compromissos assumidos anteriormente com as demais Repúblicas Americanas.

Após o rompimento, os ataques sucessivos à nossa Marinha Mercante, por submarinos alemães e italianos, é que nos levaram à guerra. É preciso que se note que o país que atacou os Estados Unidos foi o Japão. No entanto, o Brasil primeiro declarou guerra à Alemanha e à Itália e, somente em 1945, é que passou a um estado de beligerância com o Japão.

Mas a melhor resposta à pergunta já foi dada por Getúlio Vargas, a 31 de dezembro de 1942: "O Brasil entrou, assim, na guerra, por efeito de uma provocação a que só podia responder pelas armas, e não para atender influências ou solicitações estranhas. O ato de rompimento das relações diplomáticas já fora uma manifestação concreta de solidariedade com os Estados Unidos".

● O torpedeamento dos navios brasileiros ainda é controvertido. Admitiu-se, mesmo, que os americanos tivessem afundado os nossos navios, atribuindo o fato aos alemães, para forçarem a entrada do Brasil na guerra. O fato é verdadeiro?

Não. Infelizmente ainda há pessoas que pensam dessa maneira. Mas isso hoje já é assunto completamente esclarecido, desde a publicação dos arquivos do **Reich**. Foram submarinos alemães, em sua maioria, e apenas dois italianos que torpedearam os nossos navios. Tenho até a lista com os nomes dos comandantes desses submarinos. Muitos deles, em seus relatórios ao então Comandante da Flotilha de Submarinos, Almirante Doenitz, mentiram dizendo que os navios brasileiros haviam abandonado as características das embarcações neutras — viajando às escuras, pintados de cinzento, sem bandeira e artilhados. Realmente alguns navios brasileiros assim navegavam, principalmente depois de uma série de afundamentos nas costas dos Estados Unidos. Mas não era o caso dos cinco navios torpedeados nas nossas costas quase no mesmo dia, e todos pelo mesmo U — 507, comandado pelo capitão Schacht. Seu relatório para Berlim é cheio de falsidade. Chegou a dizer que fora atacado! A bordo do **Baependi**, uma das cinco vítimas de agosto de 42, estava se realizando uma festa. Era o aniversário do Primeiro Oficial de bordo. O navio estava todo iluminado e tocavam música no salão.

A Marinha Mercante pagou um tributo bem caro. Foi a maior vítima dos ataques do Eixo contra nossa pátria. Somente no ano de 1942 perdemos, no mar, um número maior de compatriotas do que soldados da FEB, lutando na Europa.

Esse foi o motivo suficiente para que entrássemos na guerra.

● O Brasil teve atuação relevante no desfecho da guerra ou sua participação foi apenas a de secundar os Estados Unidos?

Acredito que esta seja das páginas mais importantes da nossa História. A participação brasileira foi importantíssima e se expressou em diversas formas.

De início, a nossa grande atuação foi em colaborar de forma decisiva para a formação da unidade continental. Sem o apoio brasileiro, os norte-americanos não teriam conseguido convencer seus vizinhos latino-americanos da necessidade imperiosa de nos unirmos naquela hora.

Depois, a cessão de bases aéreas e navais ao longo do litoral brasileiro, para utilização dos Aliados, permitiu um socorro imediato à Inglaterra, levando-lhe os suprimentos vitais para a sua sobrevivência. Fornecimentos de determinadas matérias-primas para os Estados Unidos abastecerem aquele país que, então, se tornara o arsenal das democracias.

Aquelas bases serviram para o transporte de material de guerra para o norte da África, em suas situações decisivas: a primeira para deter o avanço das tropas de Rommel, que ameaçava dominar todo o sul do Mediterrâneo; e a segunda, quando houve a grande invasão da Normandia.

O Brasil também exerceu um grande papel no patrulhamento do Atlântico Sul, liberando assim muitos navios norte-americanos que eram mais necessários em outros pontos.

Finalmente, do ponto de vista cronológico, houve a atuação da FEB. O soldado brasileiro foi realmente extraordinário. É preciso que se analise todas as dificuldades que ele teve de enfrentar — lutar em um país distante, com clima diferente, sofrendo os rigores de um inverno para o qual não tinha sequer agasalhos suficientes, lutar contra tropas adestradíssimas, quando o seu treinamento técnico não era suficiente e mil e um outros problemas. A tudo isto o nosso soldado superou. Lutou bravamente, conquistando difíceis vitórias.

Cordell Hull, secretário de Estado do Governo norte-americano durante aquele período, em suas **Memórias**, diz que a participação do Brasil na guerra mudou o curso da História. Sem a nossa colaboração, o conflito teria durado alguns anos mais.

● Qual o verdadeiro papel de Osvaldo Aranha durante a Segunda Guerra Mundial?

Osvaldo Aranha é a grande figura da América Latina naquele período. Sua habilidade de diplomata foi realmente extraordinária. Como já disse, desde 1938 vinha atuando para a formação da unidade continental. Quando, após o ataque a Pearl Harbor, foi convocada a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, embora já estivesse de certa forma combinado que a próxima Conferência seria no Rio de Janeiro, foi por influência dos norte-americanos que ficou assentado que a Reunião aqui se realizaria. E um dos motivos principais para essa decisão foi que o Chanceler brasileiro, Osvaldo Aranha, seria o seu presidente. Nessa oportunidade, Aranha foi brilhante na atuação que teve, conseguindo, entre outras coisas, a paz entre o Peru e Equador, que de há muito estavam com disputas de fronteira. E, não sei se a maior de todas, contornar a situação criada pela Argentina. As Repúblicas Americanas estavam, de certa maneira, acordes em fazer um rompimento de relações com o Eixo de forma unânime. A Argentina entra com uma outra proposta, negando-se ao rompimento e arrastando com ela o Chile. Aranha percebeu, imediatamente, o perigo da situação que iria se criar. Achou, então, que era mais importante preservar a unidade continental do que derrotar a Argentina. E conseguiu transformar a proposta em uma **recomendação** para que todos os países da América rompessem com o Eixo. A votação foi unânime. Em pouco tempo as Repúblicas Americanas, com exceção do Chile e da Argentina, estavam de relações cortadas com a Alemanha, Itália e Japão, ou mesmo em guerra com essas nações.

A projeção do Brasil, através de Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas, foi tão grande que o presidente Roosevelt planejou, quando da formação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, colocar o nosso país no grupo dos **Cinco Grandes**. Isso não se deu pelo veto da Inglaterra, através de Churchill, que assim impediu que a América tivesse dois representantes permanentes naquele Conselho.

Embaixador Jefferson visto por Alvarus

Não havia a pressão americana

Embaixador Jefferson Caffery com Oswaldo Aranha

CEDEM

Sebastião Nery

Castelo Branco

DAQUI E DE LONGE

1

Gilberto Amado estava na ONU. Perguntaram-lhe o nome todo:

— Sou Gilberto. Gilberto no Brasil sou eu. O outro é Freire.

2

Um amigo tinha marcado almoço com Gilberto Amado às 13 horas. Às 12, telefonou:

— Mestre, estou aqui perto e acho que é melhor ir logo para aí. Assim conversamos melhor.

— Olhe, meu caro, nem você tem conversa de duas horas para mim, nem eu tenho paciência de duas horas para você.

Não houve o almoço.

3

Madame De Gaulle entrou no banheiro sem bater à porta. Charles De Gaulle estava debaixo d'água, molhado e nu como um gigante na chuva:

— Mon Dieu!

— Na intimidade você deve me chamar de Charles, mesmo.

4

De Gaulle reuniu os assessores. Estava na hora de comprar um mausoléu. Queria sugestões:

— No Pantheon.

— Não. Já tem muita gente lá: Vitor Hugo, Chamberlain.

— Nos Invalides.

— Também não. Napoleão já está lá.

— Então, na Estátua da Liberdade.

— Pior ainda. Não gosto da companhia dos americanos. Até na morte são primários.

— A solução é o Santo Sepulcro.

— Otimo. Quanto é?

— 50 mil dólares.

— Mas só para três dias?

5

De Gaulle vinha de Brasília para o Rio com o presidente Castelo Branco. As pernas enormes, mal acomodadas na poltrona do avião, empinavam à altura dos ombros de Castelo. Os dois curtiam um francês castiço de Paris:

— Presidente, o senhor, que é da América Latina, como definiria um ditador sul-americano?

—E um homem com extrema facilidade de chegar ao poder e extrema dificuldade de sair.

6

O telefone tocou na casa de Genaro de Carvalho, tapeceiro da Bahia e britânico no humor:

— O sr. Genaro está?

— É ele.

— Aqui é o Castelo Branco.

— Que Castelo Branco?

— O presidente.

— Ah, o pai de todos nós, lá de Brasília? Não gosto de trote.

— Não é trote não, sr. Genaro. Estou aqui em Salvador, hospedado no palácio, e gostaria que o senhor escolhesse um tapete seu e me trouxesse, pois quero adquirir.

— Eu sei, seu Castelo, que o senhor é quem manda. Mas não vou não. Quem quer meus tapetes vem comprar aqui. E dá próxima vez procure um trote mais inteligente.

Foi para a janela. Um cadilac preto parou em frente. Era Lomanto Junior, governador do Estado, que tinha ido comprar um tapete para o presidente Castelo Branco, hospedado ali bem junto, no Palácio da Aclamação.

7

Castelo Branco mandou Luís Viana Filho, Chefe da Casa Civil, escrever um discurso. Luís Viana estava ocupado, pediu a Navarro de Brito, subchefe da Casa Civil. Castelo leu, releu, não gostou:

— Luís, este não é o nosso estilo.

8

Castelo Branco e Luís Viana iam passando no Tunel Novo, em Copacabana. Apareceu um caminhão, inteiramente desgovernado, e foi em cima do carro da Presidência da República. O motorista de Castelo conseguiu dar uma guinada e salvar a todos. O Presidente, pálido, olhou para Luís Viana, ainda mais pálido:

— Em que é que o senhor pensou?

— Pensei no Alkimim.

— Que não poderia assumir.

E fechou a cara.

9

Zélio Valverde, editor e sábio, estava olhando as manchetes dos jornais na banca, chega um amigo:

— Como vão as coisas?

— Para quem gosta do péssimo, está ótimo.

10

O menino espanhol perguntou à mãe espanhola:

— Mãe quando o generalíssimo Franco morrer não vai ter aula?

— Não.

— No dia do enterro dele também não vai ter aula?

— Não.

— E no dia da missa de sétimo dia?

— Também não.

— Êta, mãe, que semana bacana que vai ser.

11

Carlos Drumond de Andrade era chefe de gabinete de Gustavo Capanema, ministro da Educação. Na ante-sala, o então deputado Atílio Vivaqua, do Espírito Santo, queria entrar. O contínuo pediu que esperasse. o deputado estava com pressa:

— Não posso esperar. Afinal de contas, sou um representante do povo.

O contínuo foi lá dentro, avisou ao poeta. Drummond saiu:

— Quem é o representante de "O POVO"?

— Sou eu, um representante do povo que estou sendo aqui maltratado.

— Mas o senhor é muito apressado. O representante do "Correio da Manhã", que é um jornal muito mais importante que o seu, está aí aguardando com calma e não reclamou. Aguarde também.

12

Rubem Berardo estava disputando com Sérgio Magalhães a candidatura para o governo da Guanabara contra Lacerda. Na tribuna, tentava falar, mas as vaias não deixavam. Gritou:

— Não adiantam essas vaias. Ninguém calarão *a minha voz.*

A convenção calaram *a candidatura dele.*

13

Convenção nacional do PSD, quando o PSD era o poder. Na tribuna, Filinto Müller, eloqüente naquele dia:

— Temos a consciência tranqüila, porque sabemos que nossos atos serão aplaudidos pelos *postéros*.

E foram mesmo. A ARENA é o partido dos *postéros*.

CEDEM

POLITIKA

18

depoimento

Londres era o centro político da Europa nos últimos anos da II Guerra mundial e os líderes da guerra civil espanhola se destacavam no exílio inglês.

Murilo Marroquim

A omissão que matou uma democracia

O problema da Espanha, na segunda guerra mundial, ainda fascina os intérpretes da política internacional. Por que Hitler não invadiu a Península Ibérica, apoderando-se de Gibraltar? Não o fez e o Mediterrâneo esteve aberto à navegação bélica e mercante aliada.
Por que não ocupou as ilhas do Mediterrâneo, quando Rommel fazia a campanha da África?
O Vaticano, Franco e Salazar teriam sido os fatores decisivos da acomodação.
Havia, entretanto, um elemento básico de psicologia política, na medida em que o fascismo, com suas diversificações apenas burocráticas, dominava a Europa, e esse elemento dominante: a revolução espiritual e política da Europa seria uma determinante inevitável e irresistível.
Essa revolução, na época, seria predominantemente socialista. Londres era o centro do mundo

Republicanos em ação

europeu, espiritual e político. Governos no exílio, líderes exilados, intelectuais, jornalistas agarrados aos serviços mundiais da BBC enviavam as suas mensagens diárias de encorajamento e esperança.
Jamais se fizeram tantos prognósticos sobre os destinos dos países de quase todo o mundo, após a guerra. Jamais tanto se errou e tanto se acertou.
Não existia a palavra futurologia, mas se falava sobre o futuro.
Eu me encontrava em Londres, como correspondente político e de guerra.

A Espanha, em 1944, era ainda a grande incógnita. E em Londres. se encontravam, exilados, os líderes de todas as correntes políticas espanholas.
Que era a Espanha?
Juan Negrin: residente em Londres, foi Presidente do último governo da República. Apoiado por parte do partido socialista e dos comunistas.
Martinez Barrio — Residia no México. Presidente do Parlamento espanhol — sucessor legal do Presidente e chefe da *Ação Republicana.*
Junta Espanhola de Libertação — Em Londres, sob a representação de Luís Araquistain, e no México, sob a chefia de Indalécio Prieto. Uma mistura de correntes.
Indalécio Prieto — Residente no México — apoiado pelo Partido Socialista e pela *Junta de Libertación Hogar Espanhol* — em Londres, sob domínio comunista.

Juan Negrin

Ación Republicana Espanhola — republicanos espanhóis em Londres.
Coalision Republicana — sob a liderança de Juan Negri, em Londres.
Confederación Nacional del Trabajo — sede em Londres, organização trabalhista, sindicalista e anarquista.
Unión Geral de Trabajadores —socialista, dividida, inclinando-se para a linha comunista.
Catalãos — o Presidente Companys que residia na França; foi entregue a Franco e fuzilado.
Com boa representação intelectual em Londres. Bascos — personalidade mais importante em Londres: Manuel Irujo.

E mais, em Londres — o Coronel Casado, que defendeu Madrid. Salvador de Madariaga, etc..
Esses dados sumários, sobre um instantâneo da Espanha, já quando a 2a. Grande Guerra Mundial indicava os seus resultados, revelam a divisão do país. Revelam bastante do drama da Espanha de ontem e de hoje, inclusive o dilema crítico: república e monarquia.
É um assunto típico, para os analistas da política. A Inglaterra está encurralada, pois a Espanha exige Gibraltar. Portugal procura o apoio político-comercial do Brasil, para sua dominação na África. Franco nomeia um sucessor monárquico.
Dou depoimentos importantes sobre o futuro da Espanha, da Europa e do mundo, para o após segunda guerra. O leitor analise, compare, verifique os acertos e os equívocos.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A omissão que matou uma democracia

A divisão étnica da Espanha em quatro regiões distintas é o maior entrave para que haja uma unidade política e duradoura. Só a República une

Os republicanos no exílio em Londres acreditavam que Franco não resistisse ao fim da II Guerra Mundial

— **"Que é Espanha?"** Diz Manuel Irujo:

A Península Ibérica está dividida em dois Estados: Portugal e Espanha. O primeiro constitui uma unidade espiritual e política: um estado nacional. O segundo é um conjunto de unidades: é um estado plurinacional. Desconhecer esse fato é condenar-se previamente a não poder entender o que é Espanha.

Um catalão, um galego, um basco, um castelhano acusam entre si tantas diferenças, como um polaco, um austríaco e um belga, na Europa, ou um argentino, um canadense e um brasileiro, na América. Idioma, raça, temperamento, costumes, gênio civil e político, arte e cultura, espírito religioso, tudo difere entre aqueles quatro tipos nacionais que vivem dentro da Espanha.

De maneira concreta, o galego é tão parecido com o português como distinto dos restantes tipos nacionais peninsulares; e, para o basco da Espanha, é mais compatriota o basco da França que o andaluz e o galego. A falta de resolução dos problemas nacionais da Península Ibérica é a causa fundamental do desequilíbrio da Espanha.

A república acometeu esse problema com mais honradez que fortuna. Mercê daquele regime foram plebiscitados os Estatutos de Catalunha, Euzkadi e Galícia, instaurando-se governos autonômos nos dois primeiros países. O general Franco os derrogou. O falangismo — adaptação totalitária na Espanha — é a expressão nacional daquilo que Don Miguel Azana definiu, na presidência na República, como "a castiça intolerância espanhola".

Que lugar ocupa a tragédia espanhola na agitação espiritual e política de pré-guerra?

Na Espanha não se incubaram nem o fascismo nem o comunismo. Ambas as doutrinas são opostas ao individualismo ibérico. A ditadura fracassou na Espanha com Primo de Rivera quando o fascismo triunfava na Itália, com Mussolini. Ao ocorrer o golpe militar de 17 de julho de 1936, o governo da República, com signo de esquerda, produto do triunfo da Frente Popular, não mantinha relações com os soviets.

Fascismo e Comunismo são produtos importados, que só encontram algum calor nos centros arios, celtas, romanos e góticos de Castela. A tragédia espanhola é prólogo ou primeiro ato da tragédia mundial que estamos vivendo, mas não porque na Espanha crescessem os germes, senão porque a discórdia encontrou nela um campo propício, e porque assim convinha aos planos do fascismo internacional, dirigido por Hitler.

A democracia estava debilitada pela excessiva proliferação de partidos políticos na Espanha?

A política espanhola não é a mesma que a política catalã, ou a política basca, embora viva dentro do mesmo estado, e porque assim vivem, as três têm que manter forçosos laços de aproximação. A democracia com plenitude, com maioria de idade, somente ocorre em Euzkadi e Catalunha. Galícia, submetida à servidão secular, cuja sucessão está no atual caciquismo, apenas iniciou os caminhos de sua redenção. Castela, atualmente, não é uma democracia. Por isso, no povo encontra terreno abonando qualquer propaganda nacionalista e totalitária.

Castela, sentada sobre as lousas do sepulcro de Cid, sonha ainda nos campos de Flandes, na América, no sol, que não se punha nos seus domínios. Para ressuscitar aquele regime, ofereceria com prazer, um vez mais, sua liberdade e a dos demais povos peninsulares. A democracia espanhola deriva de duas causas: a intelectualidade e as massas trabalhistas sindicais. Se houvesse classe média na Espanha, como existe em Euzkadi e Catalunha, essa classe média seria democrata, do mesmo modo que naquelas duas regiões.

A falta dessa classe média distribui a população espanhola entre uns quantos privilegiados e a legião imensa dos deserdados da fortuna, cujo único patrimônio é a insatisfação e o rancor. Nesse clima, não pode vingar a tolerância, e sem a tolerância, não há democracia possível. A primeira causa da debilitação espanhola é a gravitação do problema gangrenado das nações peninsulares: — mas, a segunda é o estado social de notória injustiça que, simultaneamente com a economia, oprime a alma de Espanha.

O fascismo soube bem o que fazia, impedindo a República de acometer e resolver o problema social espanhol. Os partidos políticos espanhóis, dirigidos por pessoas cuja honra está a toda prova, não são a causa da debilidade de Espanha, senão, inevitáveis conseqüências da realidade social e política de Espanha.

A experiência espanhola teria sido possível em um país menos dividido por agitações partidárias internas? Por quê o fascismo escolheu precisamente a Espanha para sua primeira prova na Europa? E intentou nela o que não se atrevia a fazer em nenhum outro país?

Reputo erro acreditar que a Espanha está dividida e debilitada por agitações partidárias de tipo político. Na Espanha não são partidos que coexistem e se enfrentam — mas nações. A pátria de um espanhol é Espanha, de um catalão é Catalunha, de um basco é Euzkadi. Os partidos não fazem mais do que recolher e aproveitar as diferenças de sentimentos e emoções, que calam mais fundo na filiação de um partido político.

Compreende-se que um Estado constituído por várias nações que não conseguiram a maneira de coexistir com estabilidade, é sempre terreno propício para qualquer experiência subversiva e revolucionária. A Alemanha ocupa, oprime e subjuga a França, Holanda e Noruega, mas não as divide em troco, apoia-se na Eslováquia livre, dentro do território iugoslavo, como também nos países bálticos antes ocupados pela Rússia.

O fascismo espanhol, amamentado nas tradições imperiais de Castela, combateu as liberdades catalãs e bascas, classificando-as de separatismo, com o mesmo ardor com que catalães e bascos defenderam a República. Para que melhor explicação da profunda divisão interna que facilitou o desenvolvimento dos planos elaborados pelo fascismo internacional?

Unam-se a esse motivos os não menos profundos do estado social de Espanha, que mantém milhões de seres engendrados entre a fome, a miséria e o ódio; e o quadro fica preparado para facilitar a entrada da violência, logo que uma doutrina de força surge e atinge o alvo.

O regime atual persistirá na Espanha no tempo que dura o apoio que lhes prestam, para subsistir, as potências democráticas. Não é pois ajuda alguma exterior para reinstaurar a democracia. O necessário é que cesse a pressão que se exerce, pela política internacional, em apoio do general Franco. No dia em que Alemanha perder a guerra, Franco se extingüirá, e nada poderá livrá-lo da morte política. É possível que sua morte política seja acompanhada de outras violências, às quais o temperamento espanhol não é estranho, conforme a guerra civil ofereceu um exemplo lamentável.

E então, como nos primeiros meses de luta, a responsabilidade recairá de maneira principal sobre aqueles que, entrincheirados no egoísmo ou no interesse, pondo de parte a lógica e a moral, tornem necessária a violência para a instauração de um regime de legitimidade democrática e de justiça social. A república voltará à Espanha porque é o único regime em que o país pode viver com equilíbrio político e em paz.

Terá de cumprir duas condições: reconhecer e respeitar o direito de autodeteminação das nações peninsulares; e instaurar uma democracia social. O dever de uma concorrência democrática internacional, digna desse nome será prestar apoio àquela intenção republicana, a fim de permitir que ela se estabeleça sem violências.

Há possibilidades ou existe realmente uma vontade popular em favor da restauração da monarquia na Espanha?

Na Espanha, a monarquia é apetecida por algumas centenas de famílias que vivem do privilégio, e que vêm sua posição social afirmada pela coroa, e em perigo por uma república de conteúdo social. O povo é hostil à monarquia, a quem culpa pelo seu atraso e sua miséria. Bascos e catalães herdaram uma posição contrária à monarquia, inimiga de suas liberdades seculares e de sua cultura nacional e instrumento de assimilação castelhana. Na Espanha, ser republicano equivale a ser democrata.

Não se dá o caso da Inglaterra, Holanda e os países nórdicos, onde a coroa cumpriu sua missão histórica, sem opor-se ao desenvolvimento da democracia. Se Don Juan pretende volver ao Palácio do Oriente, apoiado por forças estrangeiras, é provável que sua permanência na real mansão seja curta, e que não saísse dela, como seu pai, assistido pelos direitos da cidadania — senão a maneira como Cromwell acabou com os dias do infortunado Carlos II.

Diz-se que existe um grupo democrata que propugna pelo estabelecimento da monarquia, com o secreto desígnio de que esta sirva à revolução social, polarizando a opinião pública entre monarquia e comunismo. Mas, essas contorsões doutrinárias carecem de base na Península, que deseja viver em um regime de liberdade, justiça social e paz — enfim um regime que é a República.

Que papel pode desempenhar o catolicismo em favor da unidade moral, espiritual e política da Espanha?

No passado, a cooperação de sentido cristão e católico para a unidade moral, espiritual e política da Espanha, foi de primeira importância. Sou cristão e católico. Desejaria ver o episcopado espanhol separado das atividades políticas que instauraram o regime totalitário. Prefiro encontrar sacerdotes mártires do que prelados travestidos, de braço erguido em saudação fascista. O clero basco, ativamente preocupado com os problemas de moral, cultura e justiça social, é respeitado e querido pelo povo e participará na sua unidade moral e espiritual, e em seus progressos sociais, procurando não tomar partido nas atividades propriamente políticas do governo.

O clero espanhol, por haver participado naquelas atividades com lamentável excesso, cerrou para muito tempo o caminho pelo qual, legitimamente, podia e devia concorrer para a pacificação e engrandecimento de sua pátria. Oxalá um clima de tolerância permita a todos, na Espanha, retificações criadoras.

Que papel pode ou deve desempenhar a Espanha, no sentido de fortalecer um novo ciclo de política ibero-americana?

A Espanha imperial fascista, com afãs de império, não tem nada que fazer na América, nada de bom, deve-se entender. A Comunidade das Nações Peninsulares poderia estabelecer com suas repúblicas ibero-americanas uma relação de amizade e concorrência, tanto no terreno espiritual, como no econômico, contribuindo de tal maneira e em forma de grande eficiência, para o equilíbrio político e a paz do mundo de amanhã.

CEDEM

POLITIKA

20

depoimento

Uma intervenção da França e Inglaterra na Espanha teria feito o fascismo italo-alemão retroceder ou desencadearia a guerra tres anos mais cedo.

A omissão que matou uma democracia

A Espanha serviu de ensaio à agressão futura da Europa

Que lugar ocupa a tragédia espanhola na agitação espiritual e política de pré-guerra?

A tragédia espanhola de 1936 – 1939 é o prólogo da tragédia mundial de 1939. Dela, só se deram conta as vítimas – os republicanos espanhóis – e naturalmente, os que a produziram – os agressores nazi-fascistas e com menos clareza, os seus Quislings espanhóis. A França e a Inglaterra dormiam o sono agitado do apaziguamento. Queriam localizar o incêndio que começava na Espanha. Não chamaram os bombeiros, embora acreditassem que alarmaram a rua; foi essa a obra do Comitê de Não Intervenção.

Uma política enérgica de intervenção, na Espanha, provavelmente teria feito retroceder o fascismo ítalo-alemão; e embora este houvesse provocado a guerra mundial, então, não cabe a menor dúvida, hoje, de que era mais fácil destruir o nazi-fascismo em 1936 do que em 1939. Decerto, a Inglaterra e a França não estavam preparadas para a guerra, mas proporcionalmente a 1939, a Alemanha e a Itália o estavam ainda menos.

Estes dois países aproveitaram a guerra da Espanha para acelerar a fabricação de seus armamentos e ensaiá-los sobre os campos indefesos e as cidades da Espanha. Com isto, obtiveram sobre a Inglaterra e a França uma vantagem que não tinham em 1936. Acredito, por outra parte, que se os governos inglês e francês tivessem sido bastante previdentes para preferir a guerra em 1936, ao invés de três anos depois, seus povos respectivos os haveriam linchado.

É de justiça histórica reconhecê-lo: a cada qual o seu. As democracias são contrárias às guerras e pensam ingenuamente, como o falso provérbio espanhol, que se um não quer, dois não brigam. Entretanto, há valentões no mundo e, para acabar com eles, não existe outro remédio senão lutar, antes que se embraveçam ainda mais, com a prudência ou a covardia alheia. O apaziguamento era uma política profundamente popular na Inglaterra e na França: sobretudo, o apaziguamento à custa dos demais. Muitos democratas estavam dispostos ao sacrifício da sua própria liberdade. "La servitude plutôt que la guerre", dizia Paul Faure secretário do Partido Socialista Francês, ao atônito Leon Blum, em 1931.

Se desejam sobreviver, é imperioso que as democracias adotem, no futuro, uma política agressiva, de paz preventiva contra a guerra, em face da política agressiva da guerra, preventiva contra a paz, praticada pelos Estados que ambicionam, conquistas e tiranias: não se pode ser tão cândido para acreditar que, nesta guerra, fiquem eliminados para sempre os Estados ambiciosos e perturbadores. Em caso contrário, as democracias, fatigadas e desesperadas devido a essas grandes guerras, que as sangraram e arruinaram, e que por cegueira ou torpe egoísmo não souberam evitar a tempo, irão caindo uma após outra.

Nesta guerra caiu a França. Na próxima, cairia a Inglaterra. Na seguinte, os Estados Unidos.

A democracia espanhola estava debilitada pela excessiva proliferação de partidos políticos?

Compreendo a segunda intenção de sua pergunta. Se na República espanhola havia um excesso de partidos políticos. A automatização dos partidos engendra a instabilidade dos governos, o descrédito das democracias, de predomínio parlamentar. Assim se desacreditaram a República alemã de Weimar, a III república francesa e a II república espanhola.

Desde 1931 até o começo da guerra, em 1936, tivemos uma dúzia de ministérios e uma infinidade de ministros. Legislou-se volumosamente; entre leis e discursos, consumiram-se montanhas de papel, mas governou-se e construiu-se muito pouco; um parlamento desfazia o que o outro fizera e a legislação subsistente tornava-se coisa morta. Era a tela de Penélope.

Se a terceira república espanhola quiser consolidar-se terá que se estruturar em um sistema constitucional, à base de dois ou três partidos como na Grã-Bretanha ou em um regime presidencial como nos Estados Unidos e outras repúblicas da América; um regime que lhe permita governar e construir. Está visto que as democracias parlamentares, com um número limitado de partidos e mudanças quase contínuas de governo, só levam no melhor dos casos à esterilidade ou, no pior, à guerra civil, à ditadura, ou ainda a ambas.

O pior de tudo, no entanto, não foi que a democracia espanhola estivesse debilitada por suas divisões internas, mas porque estava

Só as vítimas se deram conta da tragédia espanhola de 39

ingenuamente confiante. Poucos acreditavam numa guerra civil e aqueles que admitiam suas possibilidades, quase que a desejavam, certos do triunfo da república sobre os facciosos. Poucos dias antes da sublevação, Francisco Largo Caballero entrevistou-se, na minha residência em Madrid, com uma alta personalidade do governo de então. Largo Caballero queria comunicar-lhe, confidencialmente, as notícias reais que haviam chegado ao seu conhecimento sobre a iminente insurreição militar. Depois daquela conferência, disse-me a pessoa aludida: "Don Francisco alarma-se sem motivo. Eu sei de tudo. Mas, vocês os socialistas, deixam-me só com os rebeldes. Que as ruas se encham. Não desejo outra coisa. Sairei a recebê-los, montado em um dos cavalos brancos direito que me cabe em razão do meu cargo.

– A experiência espanhola teria sido possível em um país menos dividido por agitações partidárias internas? Por que o fascismo escolheu a Espanha para sua primeira prova na Europa e intentou nela o que não se atrevera a fazer em nenhum outro país? Qual foi realmente a "cartada" internacional jogada na Espanha e quais eram os seus possíveis objetivos?

Não creio que a situação interna de Espanha fosse o motivo primordial e determinante da intervenção do fascismo estrangeiro, se bem que ele visse nisso, indubitavelmente, uma circunstância favorável. O fascismo ítalo-alemão escolheu a Espanha como primeiro ensaio da agressão na Europa por duas razões: primeiro porque foram certos espanhóis os primeiros e provavelmente os únicos europeus que cometeram o crime histórico de recorrer ao concurso armado dos Estados fascistas para derrubar um regime que havia sido eleito, em 1931, pela maneira mais pacífica e legal. Apesar de todas as graves divisões que sofria a maior parte dos países europeus, em nenhum deles se concebia que um grupo de antipatriotas fosse a Roma e Berlim a fim de contratar tropas mercenárias e material de guerra, para fazer a guerra ao seu legítimo governo. Essa indignidade estava reservada aos monarquistas e galantistas espanhóis e às altas figuras da Igreja espanhola e aos políticos alvos de sua influência. Desde o partido da oposição, que durante a monarquia visigoda abriu as portas de Espanha aos mouros no começo do século VIII, até Carlos IV e Fernando VII, que, cada um por sua conta, e visando unicamente seus interesses particulares, convidam Napoleão a invadir a Península em 1808, tem havido muitos precedentes desta mesma linhagem de vileza na história de Espanha. Os miseráveis da quarta década do século XX seguiram, pois, uma velha tradição. Por alguma coisa se intitulam tradicionalistas. São tradicionalistas na traição à pátria, como o pretendente Juan de Borbon.

Em 1938 não se havia arrependido desse impulso homicida e antiespanhol, pois em dezembro daquele ano escreveu para o livro de Victor Pradera, "El Nuevo Estado", um prólogo que começa com essas imprudentes e impenitentes palavras, conforme passo a traduzi-las da edição inglesa, a única que tenho agora à mão: "Lamento bastante que se me fosse negado o privilégio de lutar por meu país, quando impulsionado pelos meus sentimentos, fui à Espanha ao começar a guerra e, mais tarde, pelo próprio generalíssimo Franco, quando pedi que me desse um posto na Marinha. Creio que minhas esperanças de agir como bom espanhol, teriam tido maior eficácia por essa forma mais sensível da polêmica, do que mediante a argumentação dialética.

A forma mais sensível da polêmica era, pelo visto, matar espanhóis republicanos. Essas palavras são o melhor epitáfio político do pretendente e da dinastia que ele representa."

- Que papel pode desempenhar o catolicismo em favor da unidade moral, espiririual e política da Espanha?

Ao contrário do que se acredita, a Espanha é um dos países menos católicos da Europa, talvez por haver sido o mais católico, nos séculos passados. É a eterna dialética da história. As teses robustas levam as robustas antiteses. Uma síntese me parece difícil e, desde logo, desnecessária. Tenho uma grande admiração pela cultura católica espanhola da Idade Média – a mais livre e tolerante daqueles séculos e que ensinou o resto da Europa a cultura dos gregos absorvida pelos árabes – e pela obra dos nossos teólogos dos séculos XVI e XVII.

A história da nossa cultura está por escrever, e nessa tarefa alguns racionalistas, entusiastas do nosso passado, quisemos colaborar com os católicos ilustrados da Espanha, mas duvido muito que eles queiram colaborar conosco; desgraçadamente a maior parte do nosso clero de hoje não tem aquela tolerância e aquele afã de conhecimento que animavam nossos homens da igreja no século XVI e que deram a Erasmo, na Espanha, uma popularidade maior do que em qualquer outro país da Europa.

– Que papel pode ou deve desempenhar a Espanha no sentido de fortalecer um novo ciclo de política ibero-americana?

Em minha opinião a Espanha tem já muito pouco que fazer na América, como mãe pátria, segundo era chamada em outros tempos. Nisso somente ainda acreditam os néscios imperialistas de uma hispanidade caduca. A nova Espanha contentar-se-ia com ser a irmã pátria das Repúblicas de língua espanhola e portuguesa da América, uma irmã a mais na grande família da cultura hispânica.

A hora dos predomínios ou tutelas, por espirituais que sejam, passou para sempre. O mundo ocidental futuro será disputado por três grandes tipos de cultura ou civilização: a anglo-saxônia, a hispânica e a eslava. A autonomia dessas culturas naturalmente não exclui a colaboração. Mas, toda colaboração autêntica, que não seja uma simples subordinação ou absorção, pressupõe uma igualdade ou semelhança de forças.

Os povos ibero-americanos dispõem de uma grande força espiritual, eco ou reflexo do seu passado, e de uma grande força potencial, vislumbre do seu futuro. Mas, na atualidade, somos extremamente débeis. Carecemos de uma povoação adequada aos nossos territórios, de suficiente capital acumulado e de uma grande indústria própria - os três fatores necessários para formar grandes potências modernas. Isto nos faz depender dos demais. É inútil que sonhemos com grandes empresas internas, enquanto não dispusermos de meios próprios para defender nossos Estados contra seus inimigos internos e externos, que é o que ocorreu na República hispano-americana.

Povoarmo-nos e industrializarmo-nos eis aí o programa mais urgente para nossos povos. Só assim poderão sustentar-se nossos Estados e subsistir a personalidade histórica da nossa cultura. As causas íntimas da derrota da República espanhola – sua má posição industrial e a falta de apoio dos países industrializados que poderiam e deveriam ajudá-la – são uma amarga lição que os republicanos espanhóis creio que aprendemos a não esquecermos, e que também pode ser útil às Repúblicas irmãs da América.

Presentemente, esta é talvez a melhor política ibero-americana: meditar fraternal e mancomunadamente nesta derrota e nos seus ensinamentos universais, e prepararmo-nos desse modo para a grande política futura reservada às nossas línguas e ao nosso tipo de civilização.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A omissão que matou uma democracia

Manuel Chaves Nogales, em seu exílio de Londres, sabia que só o separatismo unia o povo espanhol. E que nada poderia ser feito contra a Falange

Coube ao falangismo destruir a imagem do espanhol

O meu conhecimento, em Londres, com Manuel Chaves Nogales foi excepcional. E nossas relações foram, infelizmente, muito curtas. Era um esplêndido jornalista, com um vigor e uma clareza de raciocínio notáveis. Acrescentava àquele rigorismo de crítica a graça e a leveza do seu espírito andaluz. Nogales ficou encantado quando lhe falei, no seu escritório em Fleet Street ("aqui estamos na cabeça quente e enlouquecida do mundo"). Disse-lhe , então, apontando pela janela os letreiros dos grandes diários londrinos, com suas tiragens contadas de mais de milhões, sobre uma larga enquete em torno da Espanha, através dos seus representantes mais autorizados em Londres. Concordou em participar, apesar do enorme trabalho jornalístico que lhe absorvia os dias, e sobretudo apesar "desse diabo de estômago", que "não me larga". De fato não o largou, e um mês depois, aquele diabo de estômago o matava.

Três dias depois me telefonou, avisando que ia a Tenby para um repouso e de onde enviaria suas considerações sobre a Espanha. Recebia-as, com efeito, quinze dias depois, juntamente com um convite para um passeio a Oxford. Nogales veio de Tenby diretamente para um hospital, de onde me telefonou, pela última vez, sem amarguras, em face daquela cabeça-de-ponte de Anzio, que os doutores estavam resolvendo. Os doutores não resolveram. Eu fiquei, portanto, com o seu testamento político, ao pé do qual ele anotou — a última nota jornalística — o seguinte: "Você sabe que conheço muito bem os Diários Associados. Tenho muito que conversar, ainda com você".

Infelizmente, não pudemos ter essa conversa. Mas fiquei com o seu depoimento sobre a Espanha, que adquire, por isso mesmo, uma importância ainda maior.

Que lugar ocupa a tragédia espanhola na agitação espiritual e política de pré-guerra?

Foi o primeiro choque das forças que, depois, haviam de enfrentar-se em todo o mundo. A tragédia espanhola não se converteu na guerra mundial especialmente porque as grandes potências não estavam ainda preparadas para a guerra e, defendendo-se fria e cautelosamente, quanto à provocação do Eixo na península, deixaram que se consumasse o sacrifício da democracia espanhola.

A democracia espanhola estava debilitada pela excessiva proliferação dos partidos políticos?

Não, os partidos políticos enriqueciam a República Espanhola como uma pesada bagagem ideológica, mas quando chegou a hora crítica lançaram todo o lastro pela borda e pelejaram a corpo limpo pela democracia, com desinteresse e coesão.

A experiência espanhola teria sido possível a um país menos divididos por agitações partidárias internas? Por que o fascismo escolheu precisamente a Espanha para a sua primeira prova na Europa e intentou nela o que não se atrevera a fazer em nenhum outro país? Qual foi realmente a cartada internacional jogada na Espanha e quais eram os seus possíveis objetivos?

Em qualquer país isto teria sido possível. Quislings os havia em toda parte. O Eixo escolheu a Espanha para a sua manobra por motivos puramente militares e estratégicos. A Espanha, conforme se viu depois, era a chave da queda da França e podia ter sido a porta aberta para a África, o Atlântico Sul e a América Latina.

Qual foi o fracasso da reação e da luta contra o fascismo na Espanha? Deveram-se a dissenções interiores ou a fatores externos? Foram dissenções internas responsáveis pela guerra civil e seu desenlace?

Políticos não foram culpados

Os objetivos do Eixo, ao provocar a guerra civil na Espanha, eram os seguintes:

1 — Ameaçar a França, com a criação de uma terceira fronteira, para ser necessariamente defendida nos Pirineus.

2 — Isolar a França do seu império colonial, impossibilitando-a, portanto, de continuar a guerra depois de uma derrota na metrópole, como ocorreu.

3 — Domínio total do Mediterrâneo pelo Eixo.

4 — Ocupação do norte da África e levantamento das populações muçulmanas em favor do Eixo.

5 — Controle da Costa Ocidental da África, mercê das possessões espanholas, e, portanto, o domínio absoluto pelo Eixo da grande via imperial do Atlântico Sul: Dakar e Natal foram defendidas em primeiro lugar, nas trincheiras de Madri.

Qual foi a causa do fracasso da reação da luta contra o fascismo na Espanha? Foi devido a dissenções internas ou a fatores externos? Foram as dissenções internas responsáveis pela guerra civil e seu desenlace?

Fracassou a República, primeiro, porque a Alemanha e a Itália apoiaram a causa do falangismo com todo o seu peso, fazendo às democracias a chantagem da guerra mundial; e, segundo, porque a causa da República não encontrou outro fiador internacional, com exceção da Rússia.

Há possibilidade ou existe realmente uma vontade popular em favor da restauração da monarquia na Espanha?

Há uma possibilidade de que se restaure a monarquia, mas não existe uma vontade popular realmente favorável à restauração. A monarquia chegaria apenas provisoriamente e pela teoria do mal menor.

Pode mudar-se o regime atual sem comoções revolucionárias e pode fazê-lo o povo espanhol por si mesmo ou é necessário uma sistemática pressão internacional para consegui-lo? Neste caso, em que direção poderia ou deveria ser dirigida tal pressão?

O povo espanhol, por si mesmo, pode fazê-lo sem comoções revolucionárias. Não há que temer nenhuma revolução espanhola, nos próximos vinte anos. O único que tem que fazer as potências é não cair no erro de manter um regime de injustiça, que não pode sobreviver senão pelo terror.

No dia em que o falangismo espanhol e seus fiadores virem que não têm esperança alguma de comprar, com traições, a benevolência e a tolerância das nações, abandonará o campo sem muita luta e um regime democrático se instalará, na Espanha, sem mais comoção e sem mais sangue do que o que se obstine em derramar estupidamente essa fauna residual do falangismo.

Que papel pode desempenhar o catolicismo em favor da unidade moral, espiritual e política da Espanha?

O catolicismo é e continuará sendo, na Espanha, uma forma inquestionável. Agora bem: politicamente, o catolicismo espanhol (com exceção do País Basco) caiu na armadilha do totalitarismo e da deificação do Estado, como não cairam nem a própria Cúria Romana nem o episcopado alemão.

Terá que se arrepender e fazer penitência por seu pecado. Bastará que os católicos espanhóis volvam a ser realmente católicos e espanhóis, para que recuperem a consideração e a influência que devem ter na vida do indivíduo e na do Estado e possam contribuir para o sistema moral, espiritual e político da Espanha, sem nenhum rasgo de perseguição.

Uma guerra trará a paz de volta

Qual a força atual do movimento de resistência na Espanha? Há coordenação entre os vários setores políticos no exterior e o movimento subterrâneo? Existe unidade entre esses partidos para facilitar o êxito da reação subterrânea?

Não. Desgraçadamente não há tal coordenação, salvo em alguns setores regionais. Os emigrados não conseguiram nos representar exatamente como pensa o democrata espanhol, depois de tantos anos de servidão.

Continuamos a pensar na Espanha daquele dia em que saimos para o exílio.

Teremos que voltar, apresentando-nos humildemente, na fronteira, com o chapéu à mão e aceitando a vontade popular, que não será certamente aquilo que nós forjamos, na emigração.

É possível e é aconselhável uma unificação na Espanha para estabelecer um novo, vitorioso e duradouro ciclo democrático no país? Que partido ou partidos parecem mais aptos a produzir esta política e que perspectivas existem, na atualidade, nesse sentido?

Tudo o que seja falar de unificação, na Espanha, é sinistro. Espanha não é una, é vária. Querer unificá-la é matá-la. Por não saber isto, não pode o falangismo criar um Estado.

É preciso aceitar o separatismo catalão e o separatismo basco e o separatismo inato de cada espanhol, esta formidável e milagrosa força centrífuga, que é a melhor que possuem os espanhóis.

Conseguir que essas forças expansivas convergissem em uma super-estrutura (nada os impediria) mas de conformidade com o nosso gênio de raça, que é um nacionalismo filho do gênio francês e adotado pelo gregorismo alemão, seria voltar ao caminho da grandeza da Espanha.

Os únicos partidos possíveis são os que estão abertos, de par em par, à diversidade espanhola.

Qual a posição do setor a que o senhor pertence, com respeito a esses problemas e que pensamento tem sobre a maneira de se conseguir a reconstrução espanhola?

Os republicanos espanhóis têm, todos, uma idéia clara e exata do que querem. Saberão realizá-lo, quando chegar o momento desejado. Não é nenhuma utopia. O Comitê de Liberação já está trabalhando com uma boa equipe de homens, preparados para a obra de reconstrução da Espanha.

Que papel pode ou deve desempenhar a Espanha no sentido de fortalecer um novo ciclo de política íbero-americana?

Na América, os espanhóis já não têm mais do que um patrimônio puramente espiritual. O falangismo o arruinou miseravelmente, fazendo com que o espanhol não seja considerado hoje, na América, senão como um ruim agente a serviço de uma ideologia estrangeira.

O falangismo acabou com a influência espiritual da Espanha junto aos povos hispano-americanos. Pela primeira vez na História foram os povos latinos da América os que ditaram o caminho a seguir às velhas metrópoles latinas, Espanha, Portugal, França e Itália, convertidas em escudeiros do imperialismo germânico.

Só depois que esta guerra houver terminado, poderemos vislumbrar se o hispano-americanismo, o iberismo ou a latinidade volverão a constituir, alguma vez, um vínculo real e efetivo. Por enquanto, não.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

POLITIKA
22
koluna do paskoal

Julho, 1922. — Ouviu-se dentro da noite um estrondo imenso. Como se de repente uma das muitas estrelas que ardiam no céu, tivesse tombado.

E mãos trêmulas, guiadas por olhos sonolentos, rapidamente abriram janelas e portas. O ar encheu-se de perguntas.

— O que é?

— O que terá acontecido?

De repente surgiram grupos nas ruas mal iluminadas por lampiões-fora-de-moda, sussurrando:

— Foi bomba!

— E das boas . . .

— Para mim veio do mar . . .

— Qual! A Marinha não se mete em aventuras.

E alguém falou com despreso nos destroyers velhos parados, na baía.

— Se um deles disparar, arrebenta-se logo . . .

Manchava o escuro das calças o riscado dos pijamas dos que saltaram das camas e atordoadamente desceram escadas e viam-se agora, na rua, indagando:

— Que foi?

Havia os que tentavam adivinhar:

— Caiu um cometa . . .

Paschoal Carlos Magno

GENOVEVA

— Bobagem! Para mim isto é o começo da revolução.

Os lampiões mal faziam distinguir as figuras que se moviam como formas indecisas, povoando as janelas, varandas, calçadas, portas, a dizer entre si ou para si mesmas:

— É a revolução.

O ar pesado como que se movia, impelido pelo sopro dessa palavra murmurada por centenas de bocas inquietas.

Novamente um outro estouro mais forte reboou nesse recorte de ruas, praças, jardins, de becos-sem-saída e de travessas em funil. Fez tremer o telhado dos prédios baixos assim como os edifícios de cimento e ferro, as curvas das montanhas distantes e as curvas das longas praias piscando luzes; sacudiu as árvores e até a cabeleira das imagens no fundo das igrejas.

Uma voz gritou:

— Olhe . . .

Olharam. Incêndio no Catete.

— Será mesmo?

— Antes fosse. . . — disse uma mulher gorda, enrolada num xale vivo, de ramagens.

Um luar de incêndio tomava conta do céu.

Eis que vinha um rumor estranho do Campo de Santana. Primeiro o tam-tam dos carros de bombeiros, em disparada. Depois tropel de soldados em disparada. À frente, de espada luzindo na treva, um oficial berrava ordens, que se perdiam, com o bater dos cascos nas pedras duras.

Da varanda de um sobrado uma velhinha repetia:

— É a revolução.

E num tom humilde, como se rezasse:

— Deus seja louvado.

Também Genoveva mal ouviu o primeiro estrondo levantou-se apressadamente. Escancarou a janela de seu quarto de segundo andar e ficou de respiração suspensa, olhando para o céu na sua tranqüilidade estrelada. Se a Revolução havia chegado, precisava acordar o filho quintanista de direito que tinha sono de pedra. Ele todas as manhãs tomava banho, barbeava-se trauteando a **Marselhesa**.

— Um dia, Mãe, a gente vai cantar mas nas ruas, livremente, a **Marselhesa**.

Foi até o quarto dele e o encontrou vazio. Onde estaria ele? Certamente naquela casa não distante do Largo do Machado onde ele e uma porção de seus colegas que conspiravam contra o governo se reuniam dia e noite. Tão perto do Catete que estava pegando fogo . . .

O melhor que Genoveva fazia era sair. Não podia ficar ali a noite inteira, parada, com a boca remoendo orações e o coração batendo apressado.

Ela ficou mais alguns minutos olhando para fora, sem sentido. Não, percebeu que havia luz na vizinhança como se fosse noite de festa. A culpa não era de seus olhos, mas daquela névoa solta, flutuando. Pelas janelas escancaradas amontoavam-se os Almeidas, as mocinhas da pensão em frente, o barbeiro e a mulher com o filhinho ao colo chorando alto. Perguntas e respostas iam e vinham de um lado para outro. Não percebeu também que o irmão também estava de pé, de corpo meio inclinado de encontro ao gradil de ferro de sua varanda, chupando seu cachimbo e conversando com o alfaiate e os filhos que se acumulavam uns sobre os outros, nas janelas do segundo andar em frente.

O Capitão voltou-se para ela:

— A coisa está séria, hein, Genoveva (Ninguém sabia-lhe o nome. Somente o título do seu último posto na marinha mercante).

Estava tão metida consigo mesma que levou um susto.

— Que é isso? Viu fantasma? — perguntou-lhe o irmão.

Ela sorriu. Um sorriso sem vontade como para disfarçar aquela vontade de sair, perder-se nas ruas.

O Capitão, de cachimbo equilibrando-se nos lábios murchos, insistia:

— Eu já sabia. Bem que eu disse a você e a seu filho à hora do jantar — lembra-se? — as coisas não podem continuar como estão. . .

O Catete não era distante das reuniões do filho, cujo endereço sabia de cor. Ia ao encontro dele. Começou a andar. Tinha a cabeça descoberta e as mãos lhe tremiam. Era frio e o vento que a perseguia. Puxou como para defender-se dele a gola da blusa.

A névoa pairava na altura dos sobrados, era muito espessa, mas através dela, como um vidro flutuante, podia-se ver os fios elétricos e a parte mais alta das casas. Traçava uma espécie de coroa de fumaça em torno dos grandes globos elétricos.

Junto a portas e no meio da rua havia homens que gesticulavam. Que diriam uns aos outros? As palavras se perdiam enroladas, abafadas, amortecidas e anuladas pela névoa.

Teve coragem de indagar a um deles.

— De onde estão atirando?

Respondeu? Parecia-lhe que não. Mesmo se a tivesse respondido, como ouvi-lo? Reflexo do atordoamento em que se encontrava, da névoa que a seguia, como que tinha os ouvidos entupidos de algodão e os passos pisando lã.

Como se formara entre ela e o mundo uma parede fluída, suspensa que seria fácil de ser dissolvida, caso quisesse estender o braço. Deixava naturalmente de ser parede, para momentos após se tornar alguma coisa de aéreo em que se abrigava, e sendo tão frágil a protegia tanto como se fosse de ferro.

A noite e a névoa aguçavam-lhe os sentidos. Pois raras vezes seu olfato sentia-se tão vivo como agora, ao passar junto das portas fechadas do **Café Globo** e perceber intenso o cheiro de café queimado e moído. Seus olhos destacavam no fundo movediço os passantes, alguns de botas, outros de sapatos e muitos de chinelas e tamancos. Para onde iriam todos esses homens dentro da madrugada?

Alcançou assim o Largo de S. Francisco. Aquelas lâmpadas acesas um pouco acima do chão, em círculo, deviam ser os táxis rodeando a estátua do Patriarca. E esse cheiro permanente de flores, vivas ou mortas, que vinham da direita, como de um jardim próximo, não saía da Igreja de S. Francisco, nem do pardieiro sujo do **Parc Royal**, mas do Mercado das Flores, àquela hora com suas bancas de mármore cinzento vazias de vendedores mas com seus vasos de metal e ferro transbordantes de água e flores velhas.

Agora via mais claro. Esbarrou à entrada da Rua do Ouvidor com um grupo de homens altos que levavam à cabeça cestos carregados de verduras e frutas. Um negro seguia-os, com cachos de bananas pendurados sobre o peito e sobre as costas, como estranhos ornamentos de ourovelho.

Acompanhou-os. Ouviu-os que discutiam os acontecimentos. Um deles informou:

— A Escola Militar está no brinquedo . . . Quando meu trem passou pelo Realengo era assim de tiro. . .

Não conseguiu ouvir mais nada. Tinham eles andado mais depressa ou fora ela que se deixara ficar atrás? Talvez fosse a névoa que já não se contentava em enrolar os sobrados e pairar como um farrapo solto de gaze esfrangalhada e como que já queria descer mansa, humilde, tocar ou deitar-se, estender-se pelo chão.

Como que Genoveva se via perdida num túnel imenso, longo, extremamente delicado, opaco, vaporoso.

Se o furasse, chegaria à Avenida, mas para onde iria?

Ouviu tiros. Gritos. Não parou. Nunca tivera medo das coisas reais. Por isso estava na rua.

— Sabe de onde estão atirando?

— Foi o Forte de Copacabana que se revoltou. O filho do Marechal Hermes é comandante do Forte. . . Deve ser o forte. . .

Havia deixado a rua Gonçalves Dias atrás.

Apressou os passos. Eram sua única companhia, o rumor dos seus próprios pés batendo nas pedras das ruas.

De novo um trecho claro, limpo de sombras. E viu o mesmo grupo de verdureiros a caminho do Mercado. O negro parecia cansado com o peso de tantas bananas, que eram uma mancha de ouro que se movia, que se perdia pontilhando de luz a antemanhã.

Ela por fim se aproximou deles:

— De onde estão atirando?

— Sei não . . .

Talvez soubesse, mas tinha medo de falar. Bastava abrir a boca para ser preso, jogado num carro-forte, batido, enjaulado.

Na altura da esquina de Ouvidor com a Avenida, a segunda explosão. Os verdureiros correram. Os homens, com suas botas, tamancos, chinelas, correram também. Alguns pararam ofegantes sob os arcos das lojas fechadas. Não; ela não faria o mesmo. Iria descendo e perguntando:

— Sabe de onde estão atirando?

Um mocinho de óculos saiu da redação do **Jornal do Brasil**. Ia entrar num automóvel que estava á sua espera, parado no meio-fio. Embargou-lhe os passos:

— Por favor, de onde estão atirando?

Ele a empurrou num gesto. Fechou violentamente a porta do carro que se foi em disparada.

Cavalos em tropel arrancavam chispas do asfalto.

Caminhões da polícia apitavam anunciando sua passagem. A ambulância da Assistência destacava-se na névoa que nessa avenida imensa como que tinha espaço para desdobrar-se, abrir-se, subir.

Um bonde cortou a Avenida na altura da Rua Sete de Setembro. Apareceu e desapareceu como se viesse numa correria maluca. Como se viesse fugindo do mar.

— Sabe de onde estão atirando?

O jornaleiro, de olhos muito abertos, estava sentado num monte de jornais velhos.

— Não sei, não. Os jornais vão sair hoje atrasados. Por causa da revolução. Esse diabo de revolução.

Não era isso de fato que a interessava.

Mas o jornaleiro continuou:

— Até agora só a Escola Militar e o Forte de Copacabana estão no brinquedo . . .

Baixou a voz.

— A situação está séria. Soube agorinha mesmo que um grupo de estudantes foi fuzilado ontem à noite no Largo do Machado.

O jornaleiro queixava-se:

— Jornal que sair hoje, sai atrasado.

Genoveva não estava perguntando nada. Mas ouvindo o homenzinho contar-lhe:

— Governo de canalhas . . . Sabe o que esses miseráveis fizeram ontem à noite . . . fuzilaram alguns rapazes pelas costas porque estavam cantando a **Marselhesa** . . . foi no Largo do Machado . . . Fuzilaram, a senhora ouviu? E depois juntaram os cadáveres, jogaram os cadáveres nuns rabecões sujos . . .

Genoveva ficou parada, sem dizer coisa alguma, como tantas vezes ficara ouvindo o filho quando se barbeava ou tomava banho, cantando o dia da liberdade que aprendera com a **Marselhesa**.

CEDEM

A Editoria

NIRALDA PEÇANHA MOTTA (Rua dos Coqueiros, 178 — Salvador-BA) — "Foi com incontida satisfação que pude ler a matéria publicada no POLITIKA sobre a Máfia, uma verdadeira instituição, que faz do crime seu mercado e sua própria existência. Meus efusivos parabéns a Tina Matera pelo caráter de isenção com que conduziu a matéria. Espero que outras semelhantes sejam apresentadas por este jornal, que diga-se é uma das melhores e mais sérias coisas que se faz hoje no Brasil. Muito bem e sigam em frente."

Ora, dona Niralda, a gente chega a ficar sem graça com tantos elogios. Afinal de contas, tudo é feito para satisfazer aos leitores. Apareça sempre.

A verdade, apesar dos protestos

MARIA ONOLITA PEIXOTO (Editor-Geral da Revista Criança e Escola — Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro — Belo Horizonte—MG) — "Chegando às minhas mãos um exemplar do jornal POLITIKA, número 28, de 1 a 7 de maio de 1972, tomei conhecimento da matéria publicada, na seção Korreio, como tendo sido enviada por Maria da Glória S. Brito, da Rua Timbiras, 2.500, Belo Horizonte. Trata-se de uma declaração cujas palavras a mim atribuídas não traduzem a verdade. Nem sei de quem se trata e jamais fiz tal tipo de declaração, a quem quer que fosse. Isso, porque, não corresponde à verdade, e se fosse, eu não o faria, porque foge totalmente aos meus princípios. Tanto a minha chefe imediata quanto a Diretora Geral do Centro Regional são pessoas competentes, de irrestrita idoneidade moral e profissional. Sua liderança eficiente é atestada pelos próprios resultados eficientes da Instituição que dirigem, e que é publicamente reconhecida por todos. Quanto à revista Criança e Escola, respeitada no âmbito nacional e internacional, a própria editoria do jornal poderá comprovar a seriedade com que ela aborda e divulga os assuntos relacionados à Educação. Acreditando que o seu trabalho de jornalismo seja tão sério, consciente e honesto quanto o nosso, esperamos que compreenda nossa interferência, que reflete tão-somente preocupação pela causa educacional".

Dona Maria Onolita, a senhora pode ter a certeza de que nosso trabalho é honesto e consciente. Por isso não entendemos o porque de, no primeiro parágrafo de sua carta, haver a afirmação, subreptícia, de que a carta publicada teria sido enviada, quando a senhora deveria usar a expressão foi enviada. Mesmo porque não temos necessidade de inventar cartas, já que a quantidade que nos chega diariamente daria para preencher o equivalente a duas ou três páginas do Korreio. Ora, nós poderíamos dizer, como contrapartida, que a senhora existiria. Mas não, acreditamos nos que nos escrevem e por isso dizemos que a senhora existe. E tanto é verdade, como a senhora pode comprovar, lendo, que publicamos sua carta na íntegra. Agora, uma observação: qualquer pessoa que exerça funções públicas não pode ser infensa a críticas, mesmo porque criticar é um direito de todo contribuinte. Embora este direito não esteja muito em evidência atualmente. Quanto a seu trabalho frente à revista Criança e Escola, achamos que ele está dentro dos padrões médios de publicações do gênero, nem acima nem abaixo. E a senhora poderia, isto sim, contar até vinte e cinco antes de fazer cartas como a que nos endereçou. Apareça sempre.

JOÃO FREITAS (Rua Doutor Seabra, 199 — Salvador—BA) — "Solicito a fineza de informarem, através de POLITIKA, por que a **Tribuna da Imprensa** não é vendida em Salvador. Outra: um jornal é pressionado, os outros ficam na sua. Por que POLITIKA não se manifestou aberta e diretamente sobre a questão do **Jornal da Bahia**? A Associação Brasileira de Imprensa até que deu uma nota razoável, mas a Baiana, vou te contar: foi quase pedindo desculpas. Quais são as qualidades morais de alguém que, quando Prefeito, recebia (embora legalmente) os proventos de deputado? Se alguém, sem nunca ter praticado a medicina, é médico do Estado e professor da Universidade? Recebendo e certamente se aposentará com esses vencimentos? Esperando as respostas, um abraço."

Você parece que está vivendo na época errada, com idéias erradas e pensando errado, João. Não é possível que uma pessoa pergunte, na atual conjuntura brasileira, quais os motivos da existência de inúmeras e declaradas restrições. Afinal de contas, João, Shakespeare já dizia que há muito mais entre o céu e a terra do que pode perceber nossa vã filosofia. Quanto à Tribuna da Imprensa, as razões são, mais ou menos, as mesmas. Ou você ainda não percebeu que ela faz oposição? Um abraço, caro e ingênuo amigo. Apareça outras vezes.

PAULO CARVALHO (Centro Acadêmico Sarmento Leite — Porto Alegre—RS) — "O Centro Acadêmico Sarmento Leite, órgão representativo e assistencial dos alunos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a fim de melhorar as condições de sua biblioteca organizou uma pesquisa entre seus associados. Tendo em vista que sua publicação foi muito solicitada nessa pesquisa, e que sendo esta entidade de cunho assistencial e cultural não possui verba suficiente para adquirir assinatura, vimos por meio desta solicitar a Vossa Senhoria e sua conceituação firma uma cortesia de POLITIKA. Sabendo de seu pronto atendimento, aproveitamos a oportunidade para enviar-lhes nossas cordiais saudações universitárias, na certeza do atendimento de nosso pedido".

Ora, Paulo, certamente que não poderíamos deixar de satisfazer, já que democrática, a solicitação da maioria dos alunos. Já autorizamos a Ponto Promoções a enviar-lhe uma assinatura de POLITIKA. No fim das contas, a gente trabalha para que pessoas como você possam ler, saber e se inteirar da realidade brasileira.

IVANILDO SABINO DE ARAÚJO (Rua Treze de Maio, 1885 — Campo Grande — MT) — "Em outra oportunidade, dirigi-me a esse Semanário, solicitando alguns números atrasados, no que fui prontamente respondido. Ocorre, porém, que até o momento não recebi os jornais, que continuam ausentes à minha biblioteca. A falha — teria sido de V.Sas., da distribuidora ou do ECT. tantas vezes condenada injustamente? Minha paciência é grande. Tenho certeza de que minha coleção ficará completa. O número 27 de POLITIKA trouxe uma carta do sr. Carlos Pereira Lima, onde, entre outras coisas, malha o senhor Denner. Nada tenho contra (nem a favor) o senhor Denner e seus coleguinhas, laboratórios ambulantes para psiquiatras e geneticistas. O que não posso aceitar é a utilização desses excepcionais como chamariz para uma maior audiência, seja em televisão, rádio, jornal, revista ou cinema. Devemos condenar, isto sim, aqueles que à cata de alguns **pontos** do IBOPE expõem aquelas figuras ridículas ao ridículo nacional, via Embratel. Agora mesmo a nossa estimada POLITIKA gasta um clichê de 15x8 centímetros a mostrar a figura bizarra do senhor Denner, somente porque o articulista Edmar Morel afirmou: "um grupo de universitários de Recife escolheu como patrono o costureiro Denner". É muita promoção para tanta mediocridade. Convenhamos."

Ivanildo, temos que nos penitenciar duas vezes. A primeira, pelos exemplares que seguiram com atraso, mas que, a esta altura, você já deve ter recebido. A segunda, pela foto do Denner. Realmente abusamos do direito de mostrar o moço. Afinal de contas, Ivanildo, errar é humano. E nós também erramos. Obrigado pelas críticas. São sempre bem recebidas.

CARLOS JOSÉ MARQUES (Belo Horizonte — MG) — "Muito importante, por todos os méritos, o trabalho que vocês vem realizando, principalmente no tocante à divulgação de dados estatísticos que quase nunca chegam ao conhecimento popular. Só espero que este tipo de publicação não venha a atrapalhar o bom andamento da revista, por razões mais do que óbvias. Parabéns especialmente ao Hélio Duque pelas suas últimas contribuições. Excelentes e precisas."

Ora, Carlos José, vamos tocando o barco até onde der pé. E isto porque o pessoal daqui não sabe nadar. Um abraço e apareça.

ASSINE POLITIKA

Nome: .....

Rua: .....

Bairro: .....

Distrito: .....

Município: .....

Estado: ..... CEP: .....

Desejo ser assinante de POLITIKA por um ano. Para tanto, estou enviando, juntamente com este, Cr$ 120,00, por meio de cheque visado pagável no Rio de Janeiro ou vale postal, emitidos em nome de PONTO PROMOÇÕES LTDA., rua Álvaro Alvim, 21 — 2o. andar — sala 205 — telefone: 232-7821 — Rio — GB.

CEDEM

Fritz

E O MEIO-AMBIENTE

EDI-TORA LTDA.

Diretora
PHILOMENA GEBRAN
Direção e Redação
Av. Rio Branco, 133 – Gr. 1601
Tel.: 232-1981 – Rio – GB

Departamento Comercial
(Publicidade e Assinaturas)
EPITÁCIO CAÓ
Ponto Promoções Ltda.
Rua Álvaro Alvim, 21 – Gr. 205
Tel.: 232-7821 – Rio – GB

POLITIKA

Diretores
OLIVEIRA BASTOS
SEBASTIÃO NERY
Gerente
ENÉAS RESQUE
Editor
JORGE FRANÇA
Editor-Assistente
MURY LYDIA
Arte
ANTÔNIO CALEGARI

Ilustração
LUÍS FONSECA
Humor
FRITZ
COENTRO

Relações Públicas
WALTER PENELUC

São Paulo
PAULO PEREIRA
(Assistente da Diretoria)
Rua das Flores, 27 – Gr. 25 –
Tel.: 33-4210

Brasília e Goiânia
ITABAIANA DE MOURA
Av. W-3 Setor Comercial
Ed.Sônia – 4o. andar
Fones: 24-5376 e 24-7376
Fotos
TRIBUNA DA IMPRENSA
O JORNAL e O CRUZEIRO
Distribuição
DIJOLIR
Rua Clarisse Índio do Brasil, 30 Rio – GB
POLITIKA é composto em máquinas eletrônicas IBM e impresso na Gráfica Editora "Jornal do Commercio".

CEDEM